



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO
SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
SUFRAMA**

**FGV / ISAE
CONSULTORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS**

**PROJETO
POTENCIALIDADES DO ESTADO DO AMAPÁ
SÍNTESE DOS RESULTADOS**

1. Introdução	3
2. Conceituação e Metodologia	6
2.1. Área de Estudo	6
2.2. Potencialidade Regional.....	6
2.3. Restrições e Limitações	7
2.4 Variáveis (ou Indicadores).....	7
2.5. Critérios de Seleção.....	8
2.6. Base de Dados	9
2.7. O Processo de Aplicação	9
2.8. Reavaliação	11
2.9. Validação	11
2.10. Pré-requisitos.....	11
2.11. Aplicação da Conceituação e Metodologia.....	12
3. Resultados.....	14
3.1. Estado do <i>AMAPÁ</i>	15
3.1.1. <i>Produtos potenciais de abastecimento local e regional</i>	15
3.1.2. Produtos Potenciais de Mercado Amplo.....	19
A- Potencial Madeireiro	23
B - Piscicultura	25
C – Pesca Extrativa: pesca artesanal e pesca industrial.....	28
D - Amido de mandioca	36
F – Óleo de dendê.....	39
G- Turismo Ecológico.....	41
H – Castanha-do-Brasil	43
I - Açaí.....	48
3.1.3.1 Incentivos Federais	54
A - Administrados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)	54
B - Administrados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).....	55
C - Administrados pelo Banco da Amazônia (BASA).....	55
D - Administrados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	57
3.1.3.2 Incentivos Estaduais	58
3.1.3.3 Incentivos para a Área de Livre Comércio de Macapá-Santana - ALCMS..	58
A - Suspensão de IPI e II.....	58
B - Isenção de II e IPI.....	59
C – Incentivo do ICMS para a ALCMS	59

1. Introdução

O presente relatório apresenta as principais formulações e conclusões do trabalho intitulado “Potencialidades Regionais”, desenvolvido para o perímetro delimitado pela Área da Amazônia Ocidental, mais Macapá e Santana, municípios do Estado do Amapá, que por serem Área de Livre Comércio, estão sob a jurisdição da SUFRAMA também, particularizando-se os casos dos estados abrangidos pela área.

Inclui, assim, o conjunto de **informações, formulações e conclusões** mais significativas sobre as potencialidades regionais, resultantes da análise do universo de dados obtidos pela **pesquisa bibliográfica e entrevistas realizadas** com dirigentes e equipes técnicas das organizações estaduais e municipais incluídas na Área de Estudo, além de apresentar **mapas e quadros** que ilustram as mais relevantes **características dos estados e de seus municípios**.

Em outras palavras, inclui-se, no presente relatório, os principais resultados alcançados pela aplicação dos **critérios de seleção e hierarquização de Potencialidades Regionais**, aplicados a **Fatores Potenciais (recursos, produtos, setores, sub-setores e/ou ramos de atividade)** detectados nos municípios, incorporando-se nessa metodologia todas as questões decorrentes do conjunto de reuniões e discussões desenvolvidas com a equipe técnica da SUFRAMA.

Dentro dessa formulação, repita-se, **o propósito da metodologia** foi o de **identificar, caracterizar, selecionar e ordenar prioridades** (chamadas “Potencialidades Regionais”), **regionalmente localizadas**, que orientem as **medidas incentivadoras** da SUFRAMA, no sentido de **facilitar o processo de tomada de decisão de investidores potenciais sobre aplicação de recursos na Área**.

Portanto, essas prioridades deverão **favorecer o acesso de investidores**, através do fornecimento de informações destinadas a **facilitar uma seleção prévia de Fatores Potenciais (recursos, produtos, setores, sub-setores e/ou ramos de atividade)**, espacialmente localizados em sub-regiões que, **caracterizados e priorizados adequadamente** neste estágio inicial, possam ser **dimensionados e avaliados** mais detalhadamente num segundo momento via **projeto básico, projeto executivo e viabilidade econômica específicos** passando, assim, a serem encarados como (ou transformados em), uma efetiva “**Oportunidade de Negócio**,” para um **investidor particular** interessado.

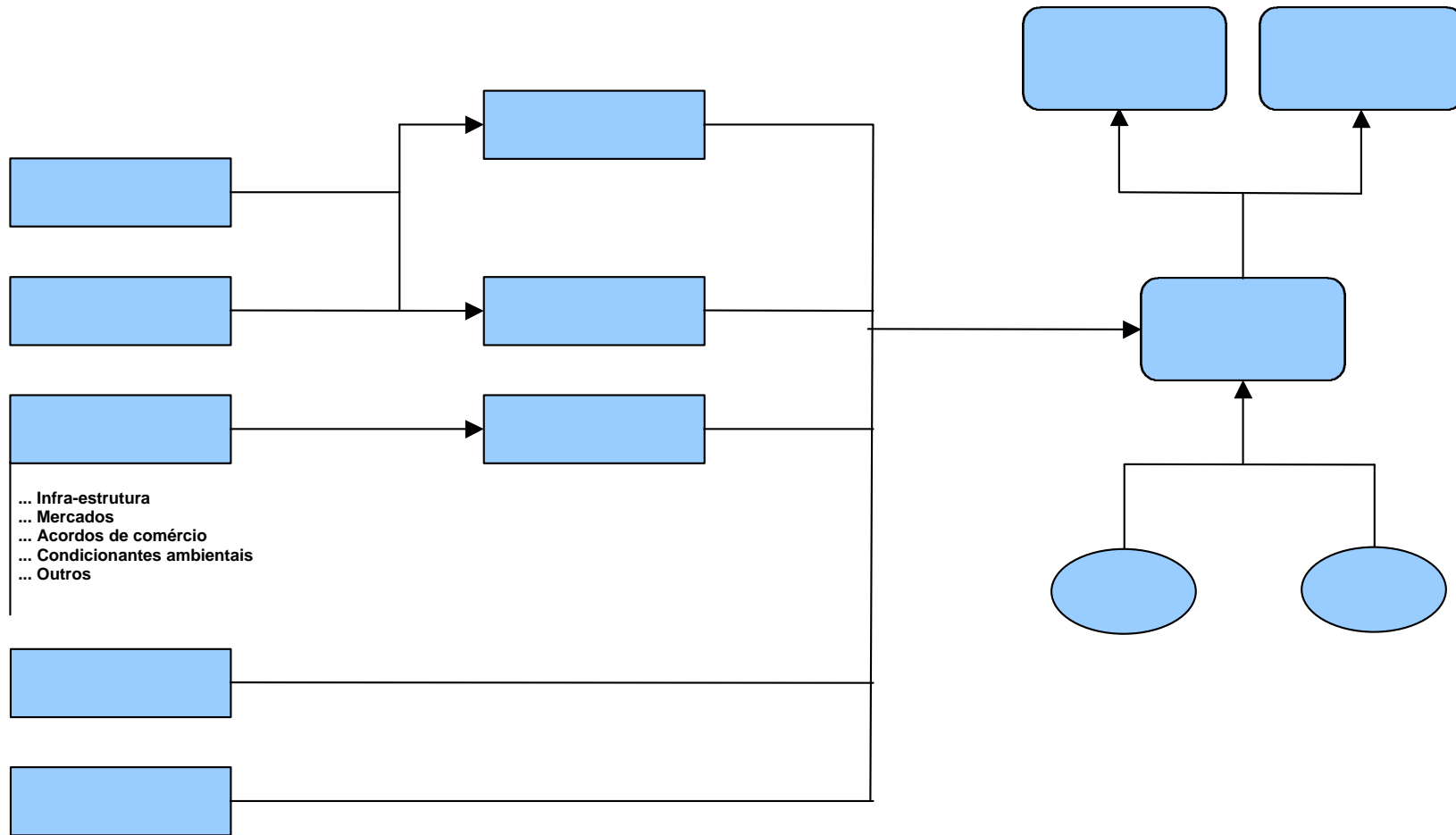
Destaque-se, a título de parêntesis, que foi nesse sentido que **apareceu, com ênfase**, na **proposta original da FGV**, as sugestões de **convergência dos trabalhos propostos** (Indicadores, Potencialidades etc.) **via Banco de Dados** (veja FIG.1). Desse modo, o conjunto daquelas Potencialidades, favorecidas, ainda, pela massa de informações procedentes de outros segmentos da SUFRAMA (como indicadores obtidos pelos mecanismos decorrentes da Análise de Projetos) devem, senão induzir, pelo menos contribuir para a tomada de decisão de um eventual investidor, acerca do “**desenho final de um projeto específico**”, consideradas todas as alternativas disponíveis no “ranking” de opções colocados à sua disposição pela SUFRAMA. Note-se que **a idéia de**

Oportunidade de Negócios, na formulação da FGV, implica, necessariamente, na **adoção de um Sistema de Informação** como o aqui sugerido e numa **Estratégia de Marketing**, a ser formulada pela SUFRAMA, destinada a **disseminar, no país e no exterior**, os **apelos das Potencialidades Regionais** aqui sugeridas.

Assim, o presente documento representa, basicamente, um **Sumário Executivo** do trabalho desenvolvido pela FGV, trabalho esse que incluiu a edição de volumes específicos que detalham todos os aspectos aqui apresentados. Nesse sentido, inclui-se aqui:

- a metodologia e conceituação adotadas;
- as principais conclusões acerca das Potencialidades Regionais hierarquizadas de cada um dos Estados;
- mapas-resumo, onde foram plotadas as potencialidades regionais selecionadas;
- incentivos e financiamentos de cada Estado;
- resumos dos estudos de viabilidade específicos realizados para produtos selecionados.

FGV/SUFRAMA – DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS
FLUXOGRAMA (Figura 1)



2. Conceituação e Metodologia

São descritos, a seguir, os principais conceitos adotados pela metodologia de trabalho concebida pelo ISAE/FGV, destinada a identificação, seleção e hierarquização de Potencialidades Regionais detectadas para aquela área geográfica.

2.1. Área de Estudo

Definiu-se como Área de Estudo, o espaço geográfico compreendido pelos limites dos Estados pertencentes a Amazônia Ocidental, mais o Estado do Amapá, no que tange aos municípios de Macapá e Santana.

A primeira fase do estudo (levantamento de dados e caracterização da Área) foi desenvolvida nos municípios existentes, gerando informações para a segunda fase (identificação e hierarquização de potencialidades), onde os dados e as conclusões foram agrupados por Sub-regiões que compõem cada Estado.

2.2. Potencialidade Regional

Conceitua-se **Potencialidade** como os **recursos naturais, produtos, setores, ramos ou atividades econômicas**, (disponíveis mas não utilizados ou total ou parcialmente utilizados) que, por suas características, **têm apelo suficiente para estimular ou inibir a implantação ou ampliação de uma determinada atividade econômica**, considerados os limites e as características sócio-econômicas e ambientais da Área de Estudo. Destaque-se, como relevante, que esses recursos naturais, produtos, setores, ramos ou atividades, para fins desse trabalho são, genericamente, chamados de **Fatores Potenciais**.

Como extensão desse conceito, **uma Potencialidade Regional** pode se transformar em uma **Oportunidade de Negócios** quando **submetida a um conjunto de exigências** (como restrições, incentivos, avaliação econômica preliminar etc.) **mantém ou amplia apelo suficiente para estimular uma decisão de investir** em uma determinada atividade produtiva, **agregando valor ou utilidade** aos **Fatores Potenciais**, vale dizer, aos recursos, produtos, ramos, setores ou atividades econômicas locais.

Note-se que, como referido na introdução, a **idéia de Oportunidade de Negócios** na formulação da FGV implica, necessariamente, na **adoção de um Sistema de Informação** como o aqui sugerido e numa **Estratégia de Marketing**, a ser formulada pela SUFRAMA, destinada a **disseminar, no país e no exterior, os apelos das Potencialidades Regionais** aqui sugeridas.

2.3. Restrições e Limitações

Entende-se por restrições o conjunto de elementos de cunho **natural, cultural, doutrinário** ou decorrente de **mandado jurídico ou institucional que limitam, por um prazo suficientemente longo, ou impedem ações atroficas** de natureza econômica, exceto por etnias locais., a utilização de Fatores Potenciais existentes em uma dada área geográfica.

Por limitações, entende-se o conjunto de elementos que **dificultam, temporariamente, o uso pleno de Fatores Potenciais locais**, requerendo intervenções de naturezas várias, para sua remoção.

Dentro do campo de abrangência da metodologia adotada, **foram utilizadas**, como restrições e limitações **atributos** como, por exemplo: **áreas indígenas, unidades de conservação, situação fundiária, jurídico-institucionais, epidemiologia, infestação**, etc.

2.4 Variáveis (ou Indicadores)

De acordo com as formulações metodológicas, entende-se como variável (ou indicador) **um atributo qualitativa e quantitativamente diferenciado** dentro dos limites da Área de Estudo, capaz de **intervir na intensificação ou redução do apelo** inerente aos recursos, produto, setor, ramo ou atividade econômica (os Fatores Potenciais), que devem influenciar as decisões de investimentos específicos.

Assim, a escolha de uma variável (ou indicador) como componente dos critérios de seleção, levou em consideração:

- seu potencial de “**mensurar quantitativa ou qualitativamente**” **reduções de limitações e restrições ou estímulos aos apelos** dos Fatores Potenciais (recursos, produtos etc.);
- seu potencial de “**traduzir**” (ou **incorporar**) **políticas públicas**, como o direcionamento estratégico no sentido de integração regional via BR-174 e de preservação ambiental, por exemplo.

Dessa forma, o conjunto de variáveis escolhidas que compôs as matrizes anexadas nos estudos de cada Estado, incorporou questões relacionadas com: incentivos, infra-estrutura (vias de acesso, energia etc.), mercado (local, regional, nacional etc.), tecnologia (consagrada, “de ponta”, intensiva etc.), matérias-primas e insumos, questões sociais (emprego etc.) e ambientais etc.

2.5. Critérios de Seleção

A seleção de um Fator Potencial (recurso, produto, setor, ramo ou atividade econômica) foi determinada pela **avaliação de seu apelo**, quando **submetido ao “crivo”** do conjunto de **limitações ou restrições** (atuando como elementos redutores do apelo) ou das **variáveis e indicadores** (atuando como elementos indutores ou inibidores).

Fisicamente, a importância relativa das limitações, restrições e variáveis escolhidas, foi estimada através de uma matriz que relacionava:

- em linha, o conjunto de recursos, produtos, setores ou atividades econômicas, existentes ou potenciais, **dentro e para** os limites geográficos da Área de Estudo;
- nas colunas, dois segmentos que, respectivamente, reuniam as limitações, restrições no primeiro e as variáveis (ou indicadores) de seleção, no segundo (nesta ordem).

Como critério de pontuação e ponderação adotou-se uma sistemática de atribuição de valores que incluiu:

- pontuar dentro de uma escala 0/3, a influência das limitações e restrições sobre os recursos, produtos, setores, ramos ou atividades, identificados na Área de Estudo e explicitados, em linha, no primeiro segmento da Matriz;
- atribuir pesos, numa escala 0/5, representativos à importância relativa das limitações e restrições dentro de seu segmento (colunas) na matriz;
- pontuar, dentro da escala 0/3, a influência das variáveis (ou indicadores) de seleção sobre os recursos, produtos, setores, ramos ou atividades submetidas aos critérios das limitações e restrições;
- atribuir pesos, numa escala 0/5, representativo da importância relativa de uma variável (ou indicador) específica dentro do segmento de todas as variáveis, apresentadas nas colunas na matriz.
- as pontuações indicam o grau de influência da variável de seleção e/ou da limitação / restrição sobre os recursos, produtos, setores, ramos ou atividades identificados, sendo que, tanto para as variáveis de limitações e restrições como para as variáveis de seleção, a pontuação “0” indica ausência de influência. No caso dessas últimas variáveis (as de seleção), enquanto **maior** a pontuação, **maior** o grau de influência da variável; enquanto que no caso das variáveis de limitações e restrições, quanto **menor** a pontuação, **maior** o grau de influência da variável.

O modelo básico aplicado é de natureza geopolítica, o qual consiste na identificação e análise, num espaço geográfico bem definido, da dinâmica de origem e destino dos principais fluxos de qualquer natureza, interregionalmente, permitindo hierarquizá-las no conjunto e avaliar o grau de sensibilização de intervenções ao equilíbrio do todo.

A definição das sub-regiões baseou-se:

- na Política Espacial do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) 1994/97;
- no caso de áreas não contempladas pelo PDA, como acontece com a maioria do território do Estado do Amazonas, adotou-se a subdivisão proposta no Planamazonas (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Amazonas, 1994); e
- no rebatimento entre a lista de municípios constantes no PDA e a divisão política apresentada no Mapa de Amazônia Legal do IBGE (1995), no caso de não correspondência, optou-se pelos dados do mapa do IBGE em função de sua maior atualidade

Assim sendo, a área de ação deste estudo foi dividida em 19 sub-regiões, da maneira a seguir:

- ✓ Estado de Rondônia: seus 52 municípios distribuídos em 04 sub-regiões, de N^{os} 1, 2, 3, e 4;
- ✓ Estado do Acre: seus 22 municípios distribuídos em 03 sub-regiões, de N^{os} 5, 6, e 7;
- ✓ Estado do Amazonas: seus 62 municípios distribuídos em 09 sub-regiões, de N^{os} 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, e 16;
- ✓ Estado de Roraima: seus 15 municípios distribuídos em 02 sub-regiões, de N^{os} 17, e 18;
- ✓ Estado do Amapá: dos 16 municípios, apenas 02 (Macapá e Santana) constituem 01 sub-região, a de N^o 19

2.6. Base de Dados

Conforme proposta original da FGV, a metodologia adotou, como base de dados, o conjunto de informações disponíveis em pesquisas, estudos, planos, programas e projetos existentes nas diversas instituições federais (Ministério da Indústria e Comércio, etc.) regionais, (SUDAM, SUFRAMA Etc.) estaduais (Secretarias, Institutos etc.) e municipais (Secretarias, Institutos etc.), direta ou indiretamente envolvidas com a questão, além de dados primários e secundários obtidos junto ao acervo do ISAE/FGV, e entrevistas diretas com técnicos e dirigentes das mesmas organizações referidas.

2.7. O Processo de Aplicação

Resumidamente, cabe destacar que o processo de seleção das “Potencialidades” envolveu a **aplicação sucessiva**, em diferentes estágios, de **critério de seleção**, estabelecidos a partir da reunião de **conjuntos diferenciados de restrições, limitações, variáveis e/ou indicadores**, previamente selecionados, **aos quais foram submetidos os Fatores Potenciais** (recursos, produtos, setores, sub-setores, ramos ou atividades) espacialmente distribuídos, com potencial de exploração ou, mesmo, já explorados pelas atividades produtivas da região.

A triagem se realizou no momento em que, através de uma matriz de dupla entrada, esses Fatores Potenciais foram **submetidos a cada um daqueles estágios**, resultando daí **segmentos “aprovados”** que, por sua vez, foram submetidas aos estágios subseqüentes, ou **“reprovados”** e excluídos do processo (Veja Fig.02).

Os critérios de seleção adotados foram, basicamente, de **natureza qualitativa e quantitativa** e reuniram variáveis representativas e/ou indicadores dos segmentos **sócio-econômico, ambiental e político** (esses últimos encarados como variáveis de correção) da área geográfica em questão, isto é, as sub-regiões pertencentes à Amazônia Ocidental. São apresentados, a seguir, os estágios de triagem que agrupam quatro diferentes conjuntos de critérios:

- **critérios condicionantes ou restritivos**, utilizados no primeiro estágio de seleção. Reúnem variáveis e indicadores de **condições particulares consideradas pré-condições** para que um produto, setor, sub-setor, ramo ou atividade seja incluído no processo. Aparecem aqui fatores relacionados, de um lado, ao **direcionamento estratégico** do governo em geral e da SUFRAMA em particular e, de outro, aos **condicionantes legais e de natureza diversa** como, por exemplo, limitação de áreas demarcadas para reserva indígena etc., estes últimos só superados por decisões de estratégia política ou avanços tecnológicos. Essa primeira **“peneira (ou crivo) de triagem”** é utilizada com o propósito de **condicionar a implantação** de eventuais projetos de investimento (transformados em “Oportunidade de Negócios”) **às regras da estratégia geral das políticas públicas de desenvolvimento regional e/ou setorial**;
- **critérios ambientais**, utilizados no segundo estágio de seleção. Incluem variáveis e/ou indicadores relacionados às formulações do modelo de desenvolvimento **sustentável**;
- **critérios sócio-econômicos**, usados no terceiro estágio. Reúnem as variáveis e/ou indicadores vinculados às atividades sociais e econômicas da região, desagregada em sub-regiões, incluindo-se aí, por exemplo, questões de **escala, integração da atividade produtiva (“árvores setoriais”), tecnologia, comércio exterior, infraestrutura, equipamentos sociais e urbanos dos núcleos populacionais, cenários, eixos de desenvolvimento** etc.;
- **critérios mercadológicos**, aplicados no quarto estágio do processo de triagem. Trabalhou-se aí com variáveis e/ou indicadores vinculados à **“reputação” ou “imagem”** da área como, por exemplo, a imagem de **“porta de entrada para a floresta tropical”** (Rain Forest), que estimulam as atividades econômicas relacionadas ao **turismo ecológico**.

2.8. Reavaliação

O mecanismo aqui sugerido admite **reaplicação para retroalimentação e reavaliações** periódicas, através da utilização, total ou parcial, dos critérios de seleção aqui formulados.

Nesse sentido é possível, ainda, **manter os critérios e fazer variar o elenco de limitações, restrições, variáveis e/ou indicadores** adotados, para cada critério em particular, em função de eventuais modificações ocorridas na região, dentro de um determinado período de tempo (Veja Fig. 02).

2.9. Validação

Com o intuito de validar o Projeto de Potencialidades Regionais junto aos Estados alvos da pesquisa, uma vez elaborados os diferentes Relatórios Finais, foram encaminhados às Secretarias de Planejamento Estaduais (SEPLAN), para serem previamente analisados e, posteriormente, organizar reuniões técnicas em cada Estado para apresentação, discussão, validação e obtenção de subsídios sobre os referidos documentos.

Cada SEPLAN convocou as instituições públicas e privadas que considerou pertinentes; entre outras, as demais Secretarias de Estado, EMBRAPA, EMATER, Bancos, Federação das Indústrias, Federação da Agricultura, IBAMA, SEBRAE, e Prefeitos Municipais. Cada reunião contou com a participação da SUFRAMA e a apresentação dos documentos, pelos técnicos da FGV/ISAE.

2.10. Pré-requisitos

A aplicação dessa metodologia implicou, necessariamente, em processos prévios de **definições teórico-práticas fixação de pressupostos e definição de pré-requisitos**, dos quais dependeriam a maior ou menor eficiência do processo de seleção.

Assim, a metodologia aqui descrita abrangeu:

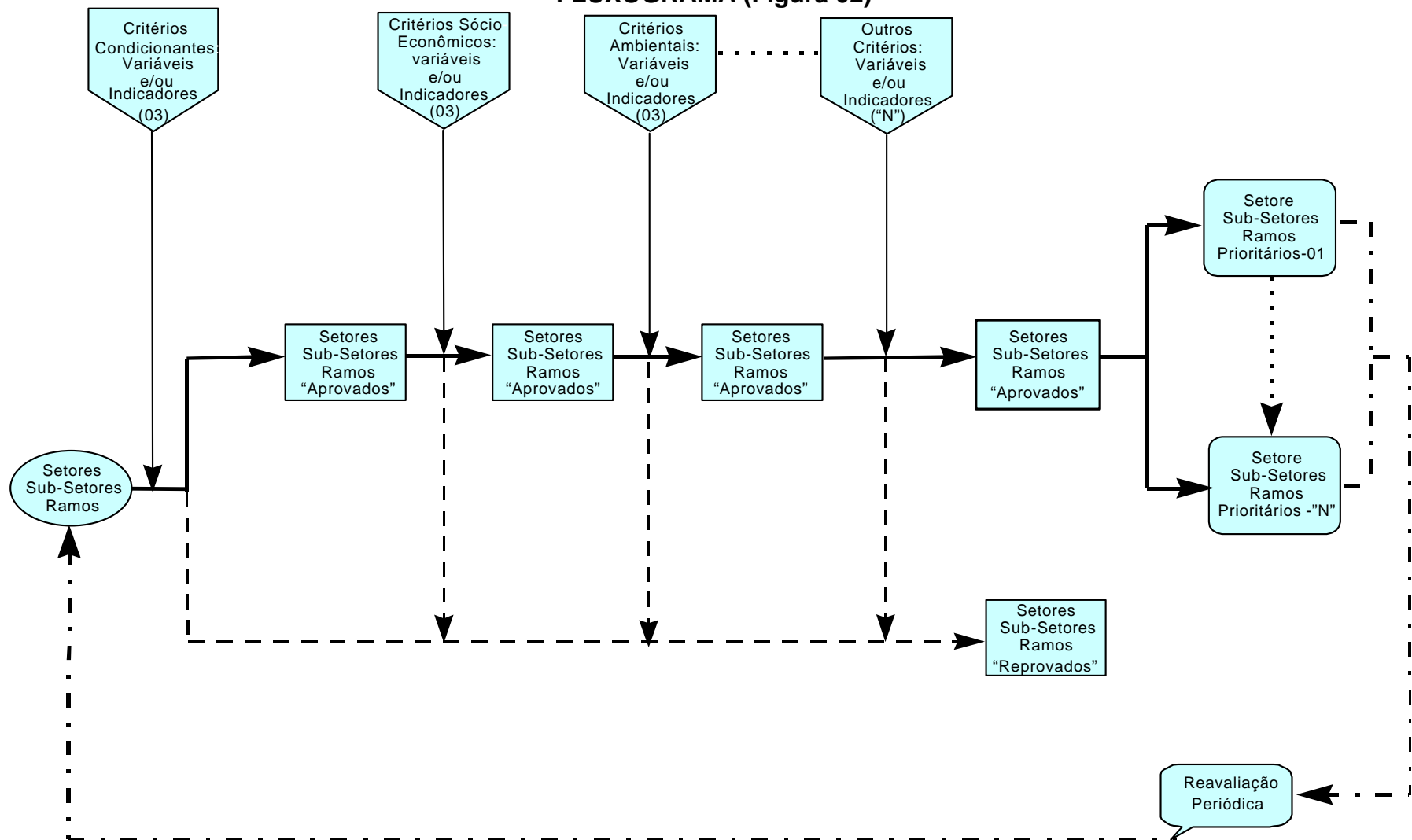
- **discussão, definição e enquadramento de cada Fator Potencial, segundo diferentes níveis de desagregação.** Neste caso foi utilizado, como instrumento, uma aproximação das classificações oficiais disponíveis que desagregam, formalmente, os **setores em sub-setores e ramos da atividade econômica no Brasil**. Um aspecto determinante para a execução dessa fase foi a maior ou menor disponibilidade, detalhamento e qualidade dos dados e informações acerca dos segmentos que se pretendia discutir;

- **definição, para cada um dos critérios, do conjunto de limitações, restrições, variáveis e/ou indicadores** que seriam utilizados como “**malhas de diferentes peneiras**” para triagem dos setores, sub-setores ou ramos selecionados;
- **hierarquização dos diferentes estágios**, através da **ordenação da seqüência de aplicação de critérios** e, dentro de cada critério, a **seqüência de aplicação** das limitações, restrições, variáveis e/ou indicadores que seriam utilizados. Isto porque **diferentes ordenamentos** de critérios, limitações, restrições, variáveis e/ou indicadores, **deveriam gerar diferentes listagens hierarquizadas** de produtos, setores, sub-setores ramos e/ou atividade econômica.

2.11. Aplicação da Conceituação e Metodologia

O processo de seleção, via aplicação da metodologia aqui descrita, possibilitou a identificação e a apresentação de um “**scoring**” de **Potencialidades Regionais**, apresentados na seqüência deste relatório, em **ordem decrescente de importância**, através de **hierarquização do conjunto de Fatores Potenciais**, vale dizer, dos recursos, produtos, setores, ramos e/ou atividades, detectados nos municípios e agregados por Sub-região dos Estados pertencentes à Área de Estudo.

FLUXOGRAMA (Figura 02)



3. Resultados

A aplicação da metodologia explicitada permitiu a montagem de matrizes, anexadas no final do estudo de cada Estado, com o propósito de hierarquizar os Fatores Potenciais, vale dizer, atividades econômicas, recursos, setores; ramos e/ou produtos regionais, detectados na Área de Estudo e, como consequência, identificar Potencialidades Regionais.

Dentro dessa formulação, foram plotados, nas linhas da matriz, agrupados por diferentes sub-regiões, recursos, atividades econômicas, setores, ramos e/ou produtos, reunidos em dois conjuntos, chamados de “existentes” (que incluiu componentes com ocorrência e/ou implantação efetiva na sub-região) e “potenciais” (que agrupou componentes com possibilidade reconhecida de ser implantado na área)

Nas colunas foram relacionadas as limitações/restrições e variáveis/indicadores de seleção destinadas a triar e estabelecer o “ranking” dentro do qual seriam selecionadas as chamadas Potencialidades Regionais.

O processo de seleção, via aplicação da metodologia aqui descrita, possibilitou a **identificação das Potencialidades Regionais**, apresentadas a seguir, em ordem decrescente de importância, através de hierarquização do conjunto de Fatores Potenciais, vale dizer, dos recursos, produtos, setores, ramos e/ou atividades detectados na Área de Estudo.

3.1. Estado do **AMAPÁ**

Dentro dos limites territoriais do Estado do Amapá são encontrados 15 municípios, dos quais, são objeto da pesquisa apenas 02 deles, agregados em 01 Sub-Região: 19. Nesta Sub-Região encontram-se os municípios de Macapá e Santana, em que existe a Área de Livre Comércio de Macapá – Santana – ALCMS, que como tal, está sob a jurisdição da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Os produtos, setores, recursos, ramos e ou atividades potenciais detectados no Estado do Amapá, em função das características de mercado, foram agrupados em:

- Produtos potenciais de abastecimento local e regional; e
- Produtos potenciais para um mercado amplo (além dos mercados local e regional, também para os mercados nacional e internacional)

3.1.1. Produtos potenciais de abastecimento local e regional

Inclui-se o grupo de atividades que se restringem à abastecimento local em função da população existente nas localidades do Estado, que procuram estes tipos de produtos. Porém, é um mercado delimitado pela demanda local, ou seja, suporta uma pressão empresarial limitada e só cresce de acordo com fatores como renda e população, entre outros.

No caso do abastecimento regional, ele depende da competitividade interestadual, ou seja, de fatores como a produtividade, o transporte, o custo de produção, e outros, que tornam o produto atraente para comercialização em outros estados regionais.

Especificamente, no caso do Estado do Amapá, os produtos potenciais encontrados para o abastecimento local/regional, por sub-região, encontram-se a seguir:

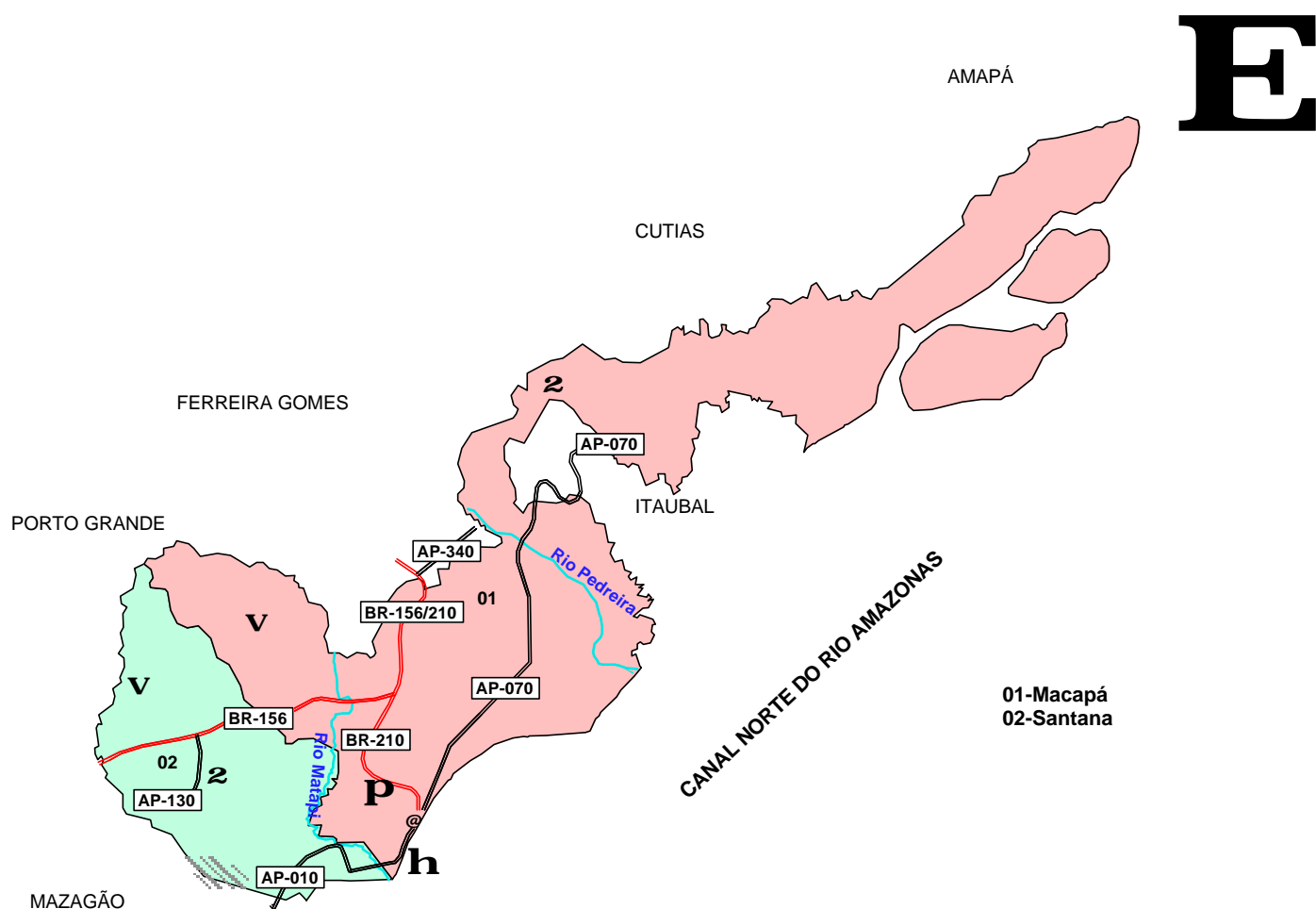
ESTADO DO AMAPÁ

Produto	Área de atuação da atividade
• Movelaria	Local/Regional
• Oleiro-cerâmico	Local

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Projeto Potencialidades Regionais - "SCORING"

PRODUTOS/ATIVIDADES DE MERCADO LOCAL/REGIONAL: SUB-REGÃO 19



LEGENDA

□ Limites Municipais de Macapá

▨ Restrição

■ Hidrografia

— Rodovias Federais

— Rodovias Estaduais

h Porto

p Aeroporto

@ Capital

v Oleiro-cerâmico

2 Moveleira

VS. 1A

FONTE:FIBGE

Uma descrição sintética sobre cada um dos produtos potenciais para abastecimento local e/ou regional, apresenta-se a seguir:

A – Indústrias de minerais não metálicos

Compõem este segmento as indústrias ligadas às atividades de fabricação de telhas, tijolos, artefatos de cimento, britamento e aparelhagem de pedras, e produtos diversos.

Com relação ao Estado do Amapá, os bens minerais industriais (argila para indústrias oleiro-cerâmicas) e aqueles aplicados diretamente na construção civil, *in natura*, (areia, seixo, barro, piçarra e pedra ferruginosa) encontram-se em abundância no Estado. Ainda que não existam dados estatísticos que indiquem a grandeza do setor, contudo, pela rápida expansão da construção civil nesta década, principalmente em Macapá e Santana, pode-se vislumbrar o seu potencial de mercado.

O segmento de minerais não metálicos tem apresentado um significativo crescimento na última década e tem assumido importante participação na geração de emprego e renda, proporcionalmente ao número de empresas. Desponta também com potencialidades para expandir o mercado, para atender outros Estados da região, principalmente com produtos da indústria cerâmica. Neste particular, faz-se necessário investir em qualidade e diversificação de produtos, como pisos e revestimentos.

B - Moveleira

O Governo do Amapá projetou a implantação do Pólo Moveleiro, abrangendo Macapá e Santana basicamente, com o objetivo de introduzir novas técnicas ao beneficiamento e produção de artefatos de madeira.

A atividade moveleira é utilizadora de insumos essencialmente locais e abundantes como madeira e mão-de-obra. A matéria-prima, quase sempre de origem desconhecida é comprada de pequenos depósitos de madeira. Sua estocagem é feita ao ar livre, sofrendo ação das chuvas e do sol. A secagem posta em prática pelas moveleiras do Estado, é a natural, demandando grande quantidade de tempo e espaço. Tal fato leva a utilização de madeira verde na confecção do móveis, os quais apresentam após algum tempo, empenagem e rachaduras, além de comprometer se acabamento.

Segundo SEBRAE, as micro-empresas constituem a grande maioria das unidades do Estado, em torno de 83% do setor. O restante são representados por pequenas empresas. A maioria das empresas é de origem recente. Sua mão de obra é constituída por trabalhadores semi e não especializados, os quais, apesar de sua baixa qualificação, são os grandes responsáveis na sustentação da produção setorial, haja vista a obsolescência das máquinas.

A composição do mercado moveleiro é representada na sua quase totalidade pela fabricação de móveis, de estilo colonial e popular e alguns artefatos de madeira.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de se implementar empreendimento desta natureza no Estado, haja vista a significativa oportunidade mercadológica que vem se registrando para artefatos de madeira, encontrado freqüentemente no comércio local.

Portanto o empresário pode ter certeza do sucesso do empreendimento, por poder contar com grande quantidade de matéria-prima disponível na região a um custo relativamente baixo.

3.1.2. Produtos Potenciais de Mercado Amplo

Um segundo grupo de produtos foram colocados de forma hierárquica, caracterizados por possuírem um perfil mercadológico tendencial e que correspondem a culturas ou atividades econômicas que já possuem tradição de produção na região e/ou aquelas que por enquanto não existem, mas que tem potencial e despontam como relevantes no mercado local, regional e internacional proporcionando indicativos de investimentos.

A seguir, uma síntese dos produtos potenciais com mercado amplo

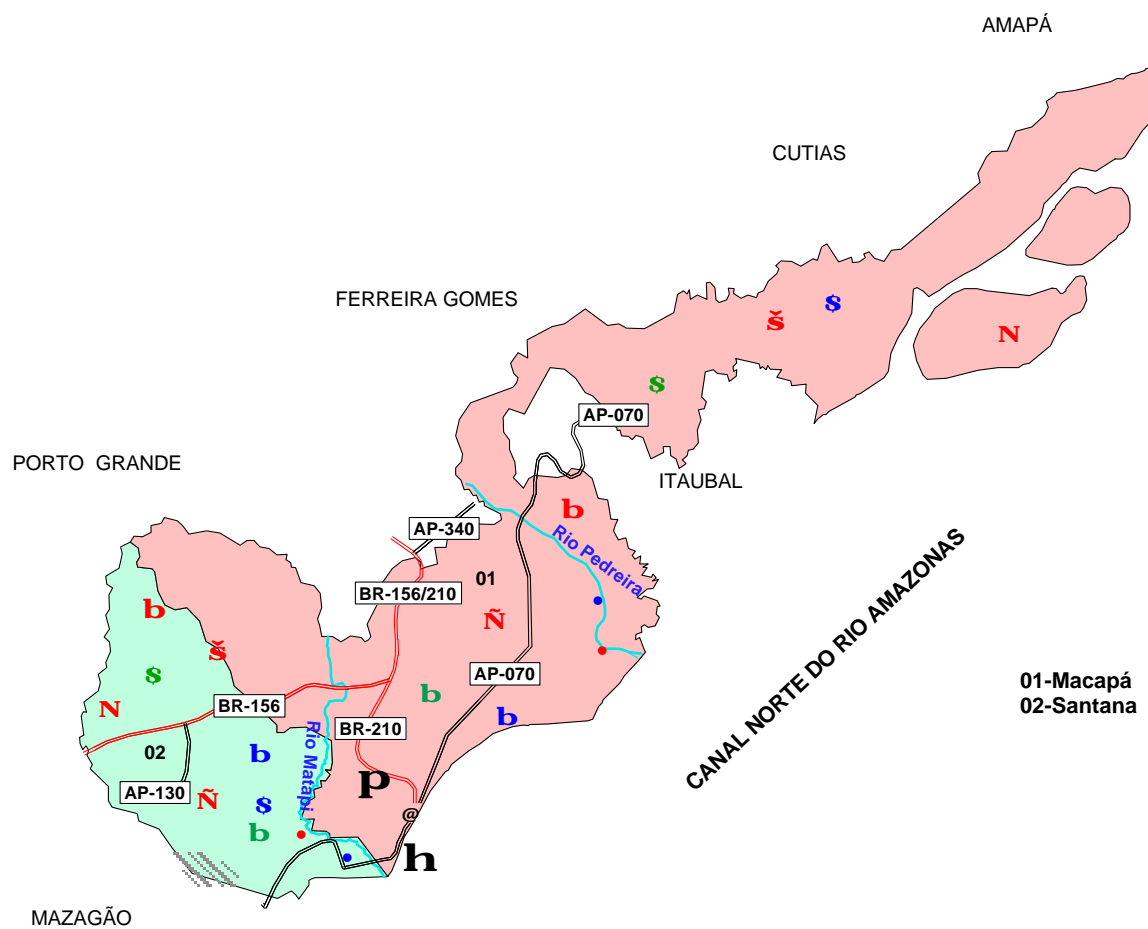
Estado do Amapá
• Pesca extrativa
• Madeira serrada/pré-beneficiada
• Indus. madeira compensada/laminada
• Óleo de dendê
• Palmito de pupunha
• Amido de mandioca
• Castanha-do-Brasil
• Açaí
• Turismo ecológico
• Piscicultura

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Projeto Potencialidades Regionais - "SCORING"

MERCADO AMPLO: SUB-REGÃO 19

E



LEGENDA

□ Limites Municipais de Macapá

Restrição

Hidrografia

Rodovias Federais

Rodovias Estaduais

h Porto

p Aeroporto

@ Capital

S Açaí

S Castanha do Brasil

b Indústria de amido de mandioca

B Indústria de madeira laminada/compensada

B Indústria de palmito de pupunha

S Indústria de madeira serrada e pré-beneficiada

N Óleo de dendê

P Pesca extrativa

P Piscicultura

N Turismo ecológico

VS. 1A

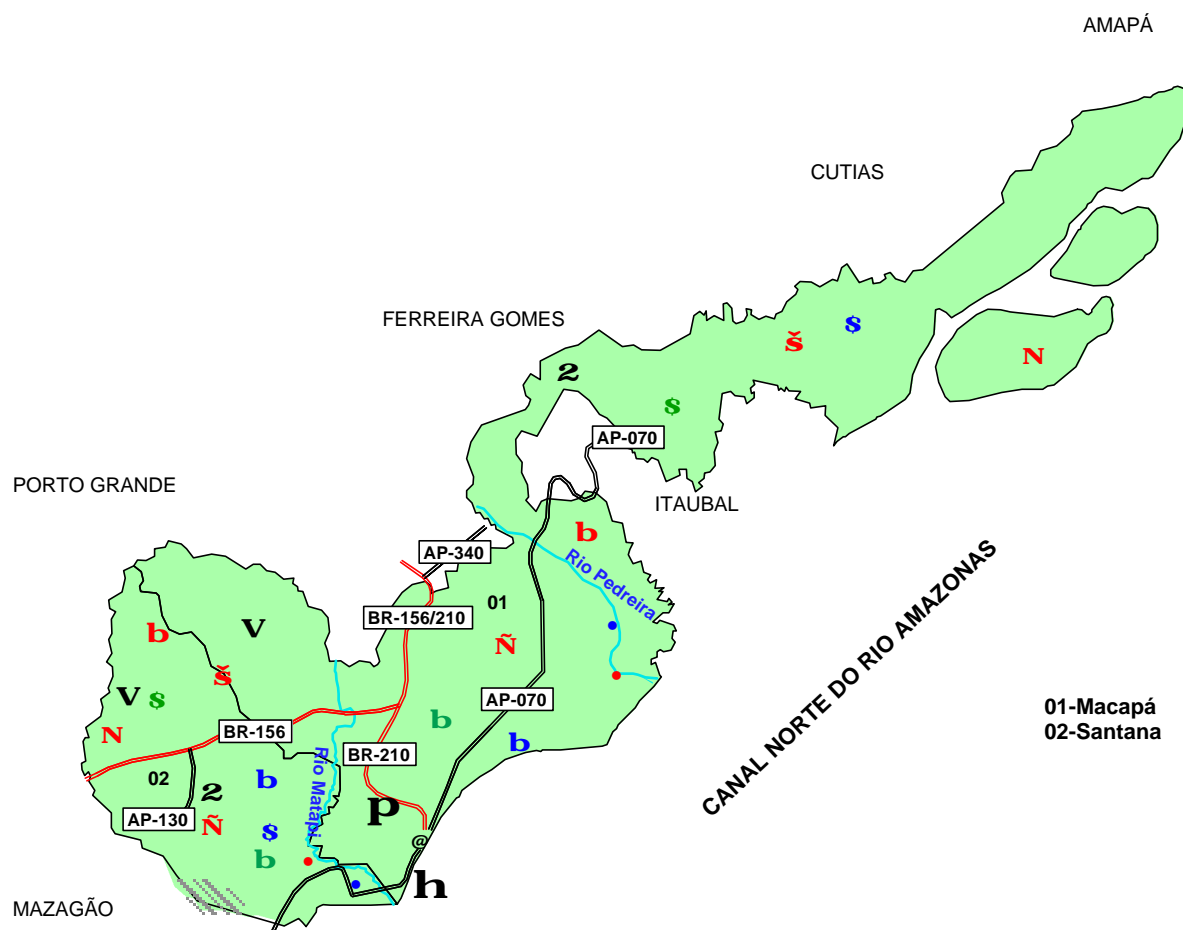
FONTE:FIBGE

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Projeto Potencialidades Regionais - "SCORING"

PRODUTOS/ATIVIDADES DE MERCADO LOCAL/REGIONAL E MERCADO AMPLO:

SUB-REGÃO 19



LEGENDA

- Sub-Região 19 do Amapá
- Limites municipais de Macapá
- Restrição
- Hidrografia
- Rodovias Federais
- Rodovias Estaduais
- h Porto
- p Aeroporto
- @ Capital
- v Oleiro-cerâmico
- 2 Movelaria

- b Indústria de amido de mandioca
- b Indústria de madeira laminada/compensada
- b Indústria de palmito de pupunha
- s Castanha do Brasil
- s Indústria de madeira serrada e pré-beneficiada
- s Açaí
- N Óleo de dendê
- Pesca extrativa
- Piscicultura
- N Turismo ecológico

VS. 1A

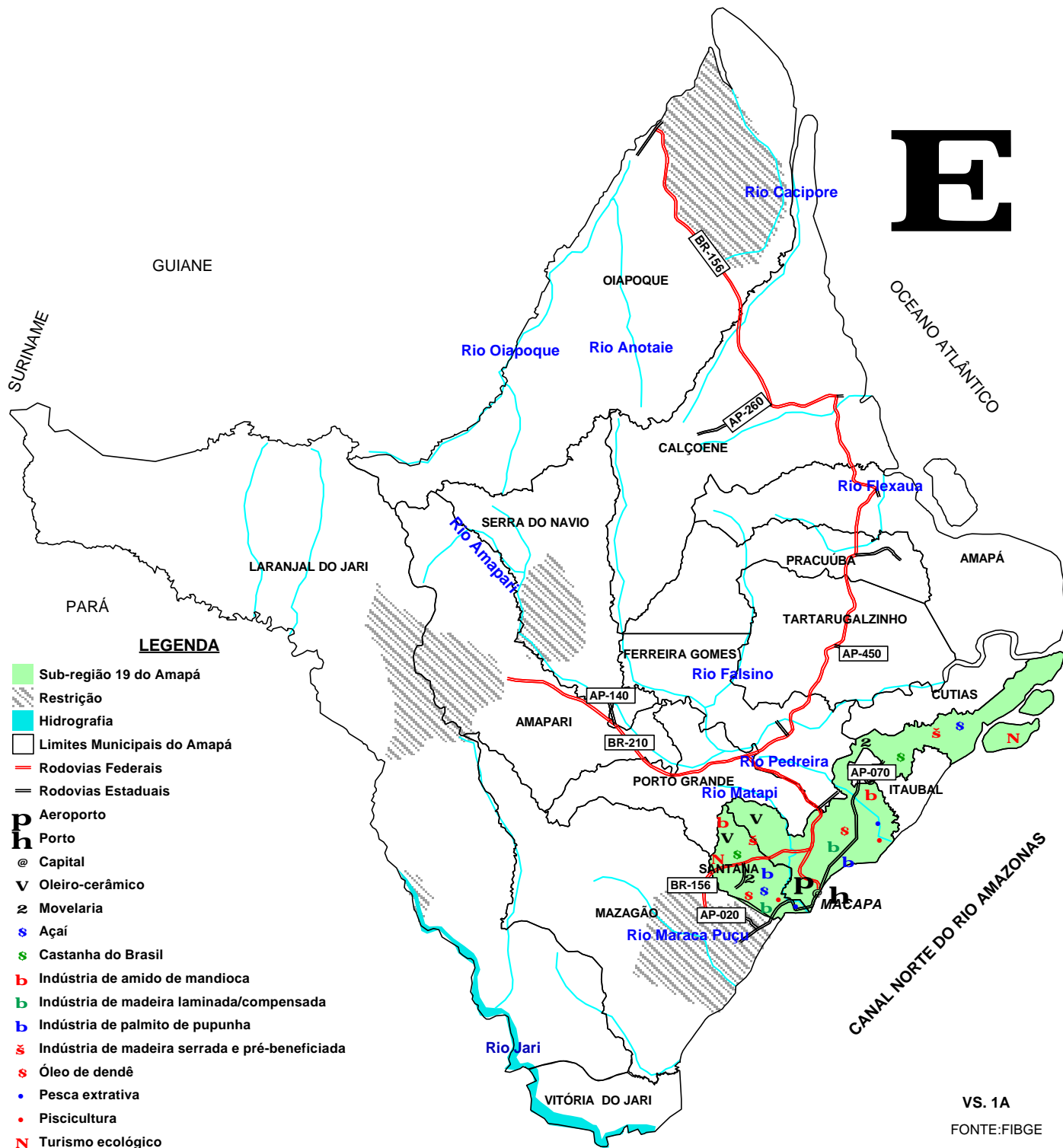
FONTE:FIBGE

Os ícones de cores preta representam os produtos/ atividades de mercado local/ regional. E os ícones de cores vermelha, azul e verde, representam mercado amplo.

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Projeto Potencialidades Regionais - "SCORING"

PRODUTOS/ ATIVIDADES DE MERCADO LOCAL/REGIONAL E MERCADO AMPLO: SUB-REGIÃO 19



VS. 1A

FONTE: FIBGE

Uma caracterização de cada um dos produtos/atividades potenciais de mercado amplo, encontra-se a seguir.

A- Potencial Madeireiro

A atividade madeireira na Região Amazônica está sujeita a legislações específicas com o intuito de que tal atividade seja desenvolvida de maneira sustentável e preservando o meio ambiente.

Os principais aspectos legais/institucionais que regem a atividade madeireira são:

- Normas que regem a reposição florestal: Lei 4.771/65 (Código Florestal – com as alterações da Lei 7.803/89) em seus artigos 19, 20 e 21. Instrução Normativa N.º 01/96 – MMA;
- Normas que regulamentam o manejo florestal: Lei 4.771/65 (Código Florestal – Artigos 15 e 19 – Decreto 1.282/94). Medida Provisória 1.511/95. Portaria Normativa N.º 048/95 – IBAMA.

A.1 – *Madeiras serradas e pré-beneficiadas*

A potencialidade de recursos madeireiros existentes na região Amazônica é indiscutível. De fato, há registros de que há na Amazônia, aproximadamente 3.500 espécies florestais localizadas em áreas de terra firme e várzeas.

As florestas representam um potencial enorme para o suprimento de matérias-primas destinadas a quaisquer indústrias florestais. O adequado aproveitamento desse potencial pode representar o atendimento da demanda interna e externa e riqueza para o Estado.

PRODUÇÃO DE MADEIRA EM TORA 1975-1994

Ano	Produção em m³
1975	78.000
1980	98.000
1981	426.000
1982	873.716
1983	951.133
1984	500.360
1985	257.000
1994	330.033

Fonte: IBGE

A.2 - Indústria de compensados/laminados

Na América do Sul, o Brasil é o maior produtor de compensados, elaborados com matéria-prima oriunda de plantações existentes no sudeste do país e de madeiras tropicais da Amazônia. Estima-se que o estoque de madeiras tropicais do país é de 60 milhões de metros cúbicos. Devido a pressões ambientalistas, verificou-se uma redução na oferta de madeira no sudeste da Ásia e nos Estados Unidos o que propiciou aos produtores brasileiros um espaço no mercado internacional para os produtos semi-industrializados e de chapas de madeira. Este último representa, em média, 22% do total das exportações do sub-setor.

Estudos realizados pela FAO estimam que há uma tendência de crescimento no consumo de laminados, compensados e demais chapas de madeira ao nível mundial. Estas estimativas sugerem que até o ano 2010, haverá um crescimento de 121% em relação a 1991 para o consumo desses produtos, cujo volume poderá atingir 313 milhões de m³. Destes, 37,3% serão demandados pela Europa; 33,5% pela América do Norte e América Central; 20,5% pela Ásia e 5,4% pela América do Sul. Brasil terá uma participação de 4,7% no consumo mundial e 86,2% no consumo da América do Sul.

Amapá, tradicionalmente tem exportado artefatos de madeira, como é apresentado a seguir:

Exportações de Artefatos de Madeira do Estado do Amapá: (em US\$ FOB)

Produto	1996	1997	1998 (Jan/Jun)
Arcos de madeira, estacas fendidas, etc. de coníferas	56.933.098	27.264.725	18.262.405

Fonte: SECEX

Dados de viabilidade econômica:

Laminados e compensados

Produção/ano	63.000 m3 (70% capacidade 1º ano) 72.000 m3 (80% capacidade 2º ano)
Investimento Total	US\$ 17.850.154,87
Receita Total	US\$ 21.078.318,58 (80 % capacidade)
Custo Variável	US\$ 13.915.755,58
Custo Fixo	US\$ 2.395.258,76
Custo Total	US\$ 16.311.014,34
Lucro Líquido	US\$ 4.767.304,24
Ponto de Nivelamento	33,40%
Margem de Lucro	22,62%
Rentabilidade	26,71%
Taxa Interna Retorno	18,00%
Tempo Retorno Capital	5 anos e 4 meses

Fonte: FGV/ISAE

B - Piscicultura

A pesca na Amazônia é basicamente uma atividade extrativista, condicionada, portanto, pelo nível das águas dos rios com superprodução na época da “seca” e de escassez durante a época da “cheia” o que influi decisivamente no preço final do produto. Uma alternativa para minimizar os efeitos da sazonalidade é a criação de peixes em cativeiro que além de propiciar um equilíbrio entre a oferta e demanda no mercado regional, estabilizando os preços ao longo do ano, também poderá contribuir para incrementar a comercialização não só para o restante do país como para o mercado internacional.

A piscicultura é uma atividade produtiva, que permite o equilíbrio entre o interesse econômico e a exploração racional da natureza, porque apresenta elevada produtividade por hectare (entre 2.500 e 60.000 kg/ha/ano), utilizando menos superfície de terra, em comparação com outras atividades, como a pecuária, que varia de 70 a 300 kg/ha/ano.

A Amazônia brasileira tem nas suas reservas aquíferas o maior potencial da Terra para produção de peixes de água doce, quer em criatórios naturais em lagos e rios, quer no desenvolvimento da piscicultura racional através de criadouros que contemplem desde a produção de alevinos, passando pela cria, até alcançar o produto final pronto para consumo.

Esta atividade, inibida talvez pela produção natural, somente há alguns anos vem sendo encarada pelos empresários como importante, não só por questões ambientais, mas por ter demonstrado capacidade de oferecer retorno aos seus investimentos.

Existem diversos fatores que favorecem a sólida rentabilidade da piscicultura na Amazônia: clima de alta temperatura que favorece o crescimento dos peixes, espécies nativas que atingem grande tamanho na etapa adulta, variedade e custo de insumos disponíveis para alimentação.

No Estado do Amapá existem boas condições para a instalação de empreendimentos em piscicultura, devido a abundância de recursos hídricos e temperaturas elevadas. Estima-se que já existem entre 30 e 40 ha de viveiros com peixes no Estado; destes, 10 ha estão ocupados por viveiros em sistema de cultivo semi-intensivo de tambaqui, com uma produtividade média de 8 ton/ano. Os outros empreendimentos são cultivos de pequeno porte (carpa, tilápia), com características artesanais e que utilizam poucos recursos tecnológicos.

Este setor tem grandes ramos que agregam altos valores em produto final, como exemplo temos o processo de filetagem de peixe e a defumação.

Atualmente a média do consumo brasileira está estimada em 4 kg per capita/ano propiciando um mercado potencial brasileiro em mais de 600 mil toneladas de peixe/ano. A média do consumo na Região Amazônica é de 44 kg per capita/ano. Hoje a pesca nativa da região não produz 1/8 desta demanda, o que traz ao segmento um atrativo sem igual e um vasto potencial para empreendedores que invistam na atividade de cultivo de peixes (em especial o tambaqui), tanto para o mercado nacional como para o internacional.

Segundo a FAO, a única commodity que terá seu preço majorado no ano 2020 será o pescado.

Dados de viabilidade econômica

Tambaqui

Produção/ciclo ^(*)	25 t/ha
Investimento Total	US\$ 33.185,84
Receita Total	US\$ 66.371,68
Custo Variável	US\$ 24.394,51
Custo Fixo	US\$ 16.263,00
Custo Total	US\$ 40.657,52
Lucro Líquido	US\$ 25.714,16
Ponto Nivelamento	38,74%
Margem de Lucro	78%
Rentabilidade	77%
Taxa Interna Retorno	62%
Tempo Retorno Capital	2 anos

Fonte: CPAA/EMBRAPA-AM.

(*) Ciclo produtivo = período de 08 meses

Peixe defumado (tambaqui)

Produção/ano	10.500 kg de costela e 4.500 kg de filé de peixe defumado
Investimento Total	US\$ 24,606.38
Receita Total	US\$ 162,000.00
Custo Variável	US\$ 100,640.00
Custo Fixo	US\$ 43,904.20
Custo Total	US\$ 144,544.20
Lucro Líquido	US\$ 12,655.46
Ponto Nivelamento	US\$ 115,914,00
Margem de Lucro	71,6%
Rentabilidade	51%
Taxa Interna Retorno	41,0%
Tempo Retorno Capital	1 ano e 9 meses

Fonte: GTA

C – Pesca Extrativa: pesca artesanal e pesca industrial.

Constitui a principal atividade econômica do Estado, ela ocorre tanto a nível de pesca artesanal como pesca industrial.

A pesca no Estado pode ser dividida de acordo com a sua finalidade econômica e o grau de tecnologia empregado. Assim, distingue-se:

- I. Pesca de subsistência, sem fins comerciais. Ocorre de maneira difusa em todo o Estado, nos locais onde há disponibilidade de corpos d'água.
- II. Pesca artesanal de pequena escala. Ocorre principalmente nos municípios de Macapá, Amapá e Oiapoque, em frota de pequeno porte, que desembarca e comercializa a produção de forma localizada. Muitos pescadores locais desta frota possuem outras atividades complementares à renda familiar.
- III. Pesca artesanal de maior escala. Ocorre principalmente nos municípios de Santana e Calçoene; está constituída de barcos de madeira, mas pelos volumes de

produção, número de pescadores por barco e tamanho das embarcações, esta pesca é considerada de “pesca artesanal de maior escala”.

- IV. Pesca industrial. Tem como principal finalidade a comercialização de produtos no mercado nacional e no exterior; concentra-se na captura de piramutaba e camarões marinhos, efetuada em barcos arrasteiros de ferro, que aportam em Santana. Uma grande quantidade de peixes (fauna acompanhante) ocorrem também nas capturas.

As características das pescarias no que diz respeito às espécies alvo, tipo de embarcação, duração, artes de pesca e rendimentos, também estão relacionadas com o ambiente (lago, rio, estuário, costa, mar aberto, etc.) onde a captura tem lugar. A principal atividade pesqueira profissional ocorre em ambientes estuarinos e marinhos localizados na costa, no litoral ou na plataforma continental do Estado. A pesca de águas interiores ocorre principalmente nos lagos e nos rios, várzeas e igapós e, em geral, tem menos importância pelo seu valor econômico ou mesmo pelos volumes de pescado capturados.

Desde o ponto de vista geográfico, as principais atividades pesqueiras ocorrem em cinco setores:

- I. Planície marítima, localizada no litoral norte desde o Oiapoque até a desembocadura do Rio Araguari;
- II. Região dos lagos entre o Rio Flexal e o Rio Araguari;
- III. Setor de baixo estuário, desde o Rio Araguari até o Rio Curiaú;
- IV. Setor urbano e portuário, incluindo Macapá e Santana; e
- V. Região do alto estuário, desde a desembocadura do Rio Matapi até a fronteira com Pará.

A plataforma continental da Região Norte do Brasil possui aproximadamente 295.000 km², dividida entre os Estado de Maranhão, Pará e Amapá, que constituem 28%, 55% e 17% do total, respectivamente (PROVAM, 1990). Assim, no Amapá correspondem aproximadamente 50.000 km² de plataforma. A larga plataforma continental do litoral norte do País apresenta características excelentes para operações de pesca com redes de arrasto de fundo.

O potencial dos recursos pesqueiros da Região Norte, encontra-se a seguir:

ESTIMATIVAS DO POTENCIAL DOS RECURSOS PESQUEIROS ESTUARINO E MARINHOS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Grupo	Espécies	Potencial (ton/ano)
Camarões de altura		9.000
Camarões de águas rasas		35.000
Bagres água doce/estuarino	Piramutaba, dourada, filhote	44.300
Bagres estuarino/marinho	Gurijuba, bagre, uritinga	141.150
Pescadas e afins	Pescada amarela, corvina	183.060
Cações e arraias		78.860
Taíñas		18.300
Peixes de fundo duros	Pargos, garoupa, etc.	15.509
Outros peixes demersais	Peixe pedra, roncador, etc.	15.470
Peixes pelágicos costeiros	Canurupim, caval, serra, xareu, etc.	55.280
Atuns e afins	Atuns, bonitos	15.000
Lagostas		500
Carangueijos		375.600
Sururus		86.480
Outros recursos potenciais		30.000
TOTAL		1.103.509

Fonte: SUDEPE

Em relação aos volumes de pescado comercializados pelo Estado, vale ressaltar o seguinte:

- ✓ Muitas capturas de recursos marinhos/estuarinos realizadas dentro das águas da costa amapaense, é efetivada por frotas de outros Estados (particularmente Pará, Maranhão e Ceará, ocasionalmente, Santa Catarina), que na maioria dos casos levam a produção para desembarcar nos seus portos de origem;
- ✓ Inversamente, muitos barcos procedentes do Médio Amazonas operam nos Estados do Pará e Amazonas, mas desembarcam no Amapá

O volume e percentual do desembarque pesqueiro no Estado, verifica-se no quadro a seguir:

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO DESEMBARQUE PESQUEIRO MÉDIO NO ESTADO DO AMAPÁ – 1980 / 1994

Espécies	Médias Anuais de Produção (%)			
	Períodos			Média 1980-1994
	1980-1984	1985-1989	1990-1994	
Camarão rosa	0,0	13,8	12,1	9,0
Outros camar.	0,0	0,0	5,0	-
Bagre	22,2	10,0	9,4	14,9
Dourada	21,6	27,1	27,1	25,9
Gurijuba	26,4	20,3	22,3	23,7
Pescada	6,5	8,5	9,0	9,3
Taíinha	5,9	9,3	8,8	9,7
Outras espécies	17,4	15,0	10,3	16,5
Totais (%)	96,0	100,0	100,0	100,0
Totais (ton)	1.384,0	4.223,0	4.616,0	3.408,0

Fonte: PAIVA, 1996

De acordo com estimativas do PAIVA (1996), do total de desembarque médio anual, 87% é oriundo da pesca artesanal e 13% da pesca industrial.

A produção de pescado que desembarca nos portos do Estado, pode ser vendida direto ao consumidor, ou indiretamente através de atravessadores, empresas de pesca ou ainda frigoríficos particulares. Neste último caso, ocorrem dois fluxos de comercialização:

- ✓ O produto é vendido a balanceiros ou atravessadores, que por sua vez o repassam para distribuidores que finalmente o vendem ao consumidor. O pescado é vendido, neste caso, *in natura* e geralmente dentro do Estado;
- ✓ A produção é vendida aos frigoríficos do Estado, que após o seu beneficiamento, distribuem os produtos para outros Estados do Brasil, ou para o exterior.

No caso das capturas realizadas por frotas de outros Estados, muitas vezes a produção é levada diretamente para os portos de origem, onde é comercializada também para atravessadores ou fábricas beneficiadoras.

DESTINO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS PESQUEIROS DO ESTADO DO AMAPÁ

Produto	Destino Principal	Formas de Comercialização	Utilização
Peixes Siluriformes (dourada, gurijuba, bagre, filhote, etc.)	São Paulo, Minas Gerais, Belém (PA), Goiás, Brasília	Eviscerado e sem cabeça; Postas, Filé, Lombo	Alimentação
Camarão regional	São Paulo	Congelado, descascado	Alimentação
Camarão rosa	Estados Unidos, Japão	Congelado	Alimentação
Grude de gurijuba	China, Hong Kong, Alemanha	Seco	Cervejas, Vinhos, Colas, Filmes
Abas de tubarão	Japão	Secas	Alimentação

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente do Amapá, 1997

Os preços pagos pela produção dependem da espécie e do comprador. Os frigoríficos pagam menos do que os balanceiro ou atravessadores, porém compram maiores quantidades. Na primeira comercialização os bagres, como a gurijuba ou a dourada, podem alcançar entre R\$ 1,00 e R\$ 2,00 / kg. No mercado consumidor local, estas espécies podem ser compradas por até R\$ 4,00 / kg. Já em Brasília ou São Paulo, estes mesmos peixes podem ser vendidos ao consumidor até por R\$ 12,00 / kg.

RENDA BRUTA DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO AMAPÁ - 1996

Produto	Produção estimada (ton/ano)	Preço médio (US\$ / kg)	Renda Bruta (US\$ 1,00)
Camarão rosa	500	16,00	8.000.000
Camarão regional	500	1,50	750.000
Peixes (geral)	3.000	2,00	6.000.000
Gurijuba	500	1,50	750.000
Grude	100	8,00	800.000
TOTAL	4.600	-	16.300.000

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amapá, 1997

O valor da produção pesqueira do Estado, no ato da primeira comercialização, deve superar os 16 milhões de dólares/ano. Isso representa aproximadamente 10% do valor estimado para a produção pesqueira de toda a Amazônia brasileira, segundo estimativas do Museu Emílio Goeldi (1995).

A infra-estrutura de apoio à pesca é significativa. O Estado tem um potencial para produzir em torno de 159 t/dia de gelo, o equivalente a 58.000 ton/ano e uma capacidade de estocagem a frio muito elevada, de aproximadamente 2.000 ton., sem considerar a armazenagem de forma artesanal em freezer domésticos ou em urnas isotérmicas, com capacidade que variam de 0,5 a 2,0 ton.

CAPACIDADE FRIGORÍFICA PARA A FABRICAÇÃO DE GELO NO AMAPÁ -1996

Localização	Produção (ton/dia)
Frigorífico Polar – Santana	50,00
Frigorífico Pacífico Ltda. - Santana	50,00
Studart Pescados e Assoc. Ltda. - Santana	24,00
Frigorífico Calçoene	26,00
Frigorífico Amapá	5,00
Frigorífico Oiapoque	3,00
Comerciantes Oiapoque	0,75
Outros locais (artesanal)	0,25
TOTAL DO ESTADO	159,00

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amapá, 1997

INFRA-ESTRUTURA FRIGORÍFICA DE ARMAZENAGEM E BENEFICIAMENTO NO AMAPÁ - 1996

Local	Infra-estrutura	Capacidade
Frigorífico Polar - Santana	2 câmaras de estocagem (70x2) 1 túnel de congelamento 1 câmara de espera salas de beneficiamento	140 ton. 10 ton/dia 20 ton. 10 ton
Frigorífico Pacífico Ltda. - Santana	2 câmaras de estocagem (200:600) 1 túnel de congelamento 1 câmara de espera 1 silo para gelo 1 estação tratamento água salas de beneficiamento	800 ton. 40 ton/dia 50 ton. 200 ton. 250.000 l 10 ton.
Studart Pescados e Associados Ltda. - Santana	1 túnel de congelamento 1 câmara de estocagem 3 armários p/pré-congelamento salão de beneficiamento 4 máquinas classificadoras	8 ton/dia 700 ton. 3.300 ton. 30 ton. -
Frigorífico Estadual - Amapá	5 câmaras de estocagem	300 ton.

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amapá, 1997

O Estado do Amapá é um exportador tradicional de camarões congelados, como demonstra-se a seguir:

EXPORTAÇÕES DE CAMARÃO DO AMAPÁ – 1996 – 1998

Ano	Valor em US\$ FOB
1996	4.399.479
1997	1.490.016
Jan./Jul. – 1998	-

Fonte; SECEX

Legislação vigente

A Constituição de 1988 traz dois conceitos novos aplicáveis para a legislação pesqueira:

- ✓ O princípio de descentralização
- ✓ A legislação concorrente

Por ambos princípios é permitido delegar competências para os estados e municípios, permitindo uma ação legisladora em defesa do meio ambiente e dos recursos naturais, visando complementar e reforçar as ações do governo federal. Cabe destacar o Código de Meio Ambiente do Estado do Amapá.

As principais legislações legais que regulamentam a pesca das águas interiores, estuarinas e marinhas, que banham o Estado do Amapá, são:

C.1. - Disposições Federais

- ✓ Licenças, registros e Permissões. Uma série de disposições legais, dentre as quais destacam-se os decretos-lei 221/67 e 68.459/71; e as portarias 1.581/89, 1.624/89 e 110-N/92. Estabelecem categorias de pesca, pescadores e embarcações pesqueiras, estabelecendo normas para a obtenção de licenças, registros, arrendamentos e obrigatoriedade de cadastros, bem como competências na legislação de pesca. Estas disposições encontram-se atualmente em revisão.
- ✓ Pesca na Bacia Amazônica. Desde Fevereiro de 1996 está vigente a portaria 008/96 que estabelece as restrições para a pesca nos rios e corpos d'água da bacia hidrográfica do Rio Amazonas. Observa-se que uma boa parte da pesca fluvial do Amapá não fica coberta por esta portaria, uma vez que, segundo a definição da portaria, as capturas ocorrem em rios que não fazem parte da bacia amazônica. Esta situação exigiria uma extensão da legislação, para evitar contradições dentro das águas interiores do Estado.
- ✓ Lei da Piracema. De acordo com o disposto pela lei Federal N° 7.679/88, anualmente o IBAMA deve estabelecer um período de proteção às espécies de peixes durante a época de reprodução. Existem também, as leis de defeso do pirarucu, do camarão e da gurijuba, assim como a proteção à desova de quelônios.

- ✓ Portarias estabelecendo o tamanho mínimo de captura do pargo, do espadarte, e da albacora.
- ✓ Portarias 011/87 e N-009/83, proibindo a pesca de arrasto em determinadas áreas.

C.2. – Disposições estaduais

- ✓ Portaria estadual 155/95 estabelecendo os tamanhos mínimos para algumas espécies dulcícolas não contempladas pela legislação federal, a saber: acará-açu, aruanã, jaraqui, matrinxã e caranguejo.

Dados de viabilidade econômica

Camarão marinho (cultivo semi-extensivo)

Produção	2.400 kg/ha
Investimento Total	US\$ 2.191.942,90
Receita Total	US\$ 1.347.840,00
Custo Variável	US\$ 517.560,00
Custo Fixo	US\$ 291.128,00
Custo Total	US\$ 808.688,00
Lucro Líquido	US\$ 306.872,00
Ponto Nivelamento	35,1%
Margem de Lucro	22,8%
Rentabilidade	14,0%
Taxa Interna Retorno	13,0%
Tempo Retorno Capital	7 anos

Fonte: FGV/ISAE

D - Amido de mandioca

A mandioca é um dos principais produtos, em área plantada, da Região Amazônica seja para fins comerciais seja para subsistência. Produto consumido em forma de farinha e produzida, via de regra, de forma artesanal, a mandioca é subutilizada em seu potencial produtivo, verificando-se um desperdício considerável nessa forma de produção primária.

O potencial para produção da mandioca e sua industrialização no Estado pode ser verificada pelo volume de produção.

PRODUÇÃO DE MANDIOCA NO ESTADO DO AMAPÁ

Ano	Produção (toneladas)
1996	25.550
1997	31.340

Fonte: SEPLAN/AP

A industrialização aparece como uma das formas com maior possibilidade de aproveitamento do produto que pode ser direcionada para o consumo humano, na forma de farinhas cruas ou torrada e polvilhos (doce e azedo), e para consumo animal, na forma de raspas e resíduos da própria indústria ou, simplesmente, transformada em fécula ou amido para fins industriais.

A produção mundial de amidos é de 34 milhões de toneladas atualmente, com valor estimado em 14 bilhões de dólares. Estima-se que esta produção deve ultrapassar 40 milhões de toneladas no ano 2000. O maior produtor é os Estados Unidos, com 14 milhões de toneladas, seguidos dos países asiáticos com 11 milhões, a União Européia com 6 milhões, a América Latina com 1,3 milhão e o Brasil com 1 milhão de toneladas.

A diversidade de aplicação do amido de mandioca como matéria-prima na indústria oferece-lhe uma ampla oportunidade de mercado interno brasileiro, mas também há grandes possibilidades de chegar a ser fornecedor do mercado externo. Estima-se que a nível mundial, 95% do amido é destinado a usos industriais diferentes daqueles utilizados como ingredientes em alimentos e, somente 5% é destinado à alimentação humana.

Em nível nacional, o maior consumidor de fécula de mandioca é o Estado de São Paulo. Aproximadamente, 80% desse consumo cabe aos frigoríficos e panificadoras e o restante, dividido entre as indústrias químicas, farmacêuticas, têxteis e outras. Os outros grandes consumidores são os Estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro.

A conquista, portanto, de mercados internos e externo dependerá de um bom padrão de qualidade e de uma racionalização dos custos com conseqüente reflexo sobre os preços, tornando-os mais competitivos, principalmente, no mercado internacional.

Dados de viabilidade econômica:

Amido de mandioca

Produção/ano	4.500 toneladas
Investimento Total	US\$ 562.384,07
Receita Total	US\$ 1.194.690,27
Custo Variável	US\$ 935.798,23
Custo Fixo	US\$ 80.933,63
Custo Total	US\$ 1.016.731,86
Lucro Líquido	US\$ 177.958,38
Ponto de Nivelamento	31,3%
Margem de Lucro	14,9%
Rentabilidade	31,64%
Taxa Interna Retorno	28,8%
Tempo Retorno Capital	3 anos e 3 meses

Fonte: FGV/ISAE

E – Palmito de pupunha

A Região Amazônica da suporte a mais de 95% da produção nacional de palmito. A instalação da indústria de palmito na Amazônia começou no final dos anos 60, no Estado do Pará.

A produção de palmito no Amapá, de acordo com dados do IBGE, atingiu a 2.492 ton. no ano de 1994.

A indústria de conserva de palmito apresenta uma estrutura tecnológica relativamente simples que não demanda elevados investimentos e depende da eficiência das operações manuais de corte e acondicionamento do produto.

Tanto o mercado nacional como o internacional são considerados de grande potencial para o palmito. Isto porque, a produção brasileira de palmito já chegou a atingir 132.104 toneladas em 1985; mas em 1994 a produção brasileira caiu para 21.900 toneladas, representando uma queda de 83% em relação a 1985. Um dos fatores responsáveis por esta situação é, provavelmente, a escassez da matéria-prima devido ao esgotamento das reservas das palmáceas nativas localizadas mais próximas dos centros produtores além da restrição de vários países ao produto originário do extrativismo. Atualmente, o mercado do palmito está sendo retomado incrementando-se a produção através da extração da matéria-prima oriunda do cultivo da pupunha.

No que se refere ao mercado externo, países europeus como França, Espanha e Itália são tradicionais importadores de palmito em conserva brasileiro. A demanda destes países corresponde a mais da metade das exportações brasileiras sendo a França o principal consumidor do produto. O outro grupo de países demandantes encontra-se no continente americano, sendo os Estados Unidos o principal comprador. É importante destacar que das importações de palmito enlatado realizadas pelos Estados Unidos o produto brasileiro tem preferência, representando cerca de 80% do total das importações.

Dados de exportações de palmito do Amapá, encontram-se a seguir:

**EXPORTAÇÕES DE PALMITOS PREPARADOS OU CONSERVADOS
ESTADO DO AMAPÁ – 1996 / 1998**

Ano	Valor em US\$ FOB
1996	7.185.141,00
1997	6.585.115,00
Jan./Jun.-1998	3.446.184,00

Fonte: SECEX

Dados de viabilidade econômica

Palmito de pupunha

Produção/ano	
	1.200.000 vidros de 1 Kg
Investimento Total	
	US\$ 841.542,48
Receita Total	
	US\$ 3.185.840,71
Custo Variável	
	US\$ 2.574.318,23
Custo Fixo	
	US\$ 113.175,22
Custo Total	
	US\$ 2.687.493,45
Lucro Líquido	
	US\$ 498.347,26
Ponto de Nivelamento	
	18,5%
Margem de Lucro	
	15,64%
Rentabilidade	
	59,22%
Taxa Interna Retorno	
	46,4%
Tempo Retorno Capital	
	2 anos e 5 meses

Fonte: Pesquisa

F – Óleo de dendê

A Amazônia possui cerca de 70 milhões de hectares consideradas áreas aptas ou aproveitáveis para o cultivo do dendezeiro. Dessa área potencial somente 47.480 hectares são utilizados efetivamente com a cultura. Os Estados da Amazônia Ocidental, como Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima têm, em conjunto, 59 milhões de área, correspondendo a 84,29% do total de área potencialmente aproveitável.

ÁREA POTENCIAL E ÁREA PLANTADA COM DENDÊ NO BRASIL - 1996

ESTADOS	POTENCIAL – HA	ÁREA PLANTADA	ÁREA EM PRODUÇÃO
ACRE	2.500.000	-	-
AMAPÁ	1.500.000	4.000	3.500
AMAZONAS	50.000.000	2.000	-
MATO GROSSO	500.000	-	-
PARÁ	10.000.000	32.977	24.601
RONDÔNIA	1.000.000	-	-
RORAIMA	4.000.000	-	-
TOCANTINS	500.000	-	-
BAHIA	-	8.503	3.400
TOTAL	70.000.000	47.480	31.501

Além disso, o cultivo do dendê pode ser considerado como uma atividade em condições de preservar o meio ambiente sem fortes agressões à floresta nativa porque deve ser plantado em áreas degradadas, possibilitando um perfeito recobrimento dessas áreas quando adulto e, na fase jovem, pode ser associado a leguminosas de cobertura de solo. Por isso o dendê pode ser enquadrado dentro do chamado desenvolvimento sustentável, sendo mais uma oportunidade de negócios na Amazônia.

O cultivo de dendê ainda é incipiente no Brasil, que produz 84.000 t/ano de óleo de dendê. A produção de óleo não chega a atingir 1% do total produzido na Malásia. A produção mundial é de 15,3 milhões de t/ano.

No âmbito mundial, o Brasil ocupa o 13º lugar entre os países produtores; na América Latina ocupa o 3º lugar depois da Colômbia e o Equador.

Existe no país um total de 12 indústrias de processamento de óleo de palma, sendo 7 localizadas no Pará com capacidade instalada de extração para 152 t/hora de cachos de frutos frescos (CFF), 3 na Bahia com capacidade para 62 t/hora de CFF, 01 no Amapá para 12 t/hora de CFF e 01 no Amazonas para 6 t/hora de CFF.

Em decorrência de suas vantagens econômicas e extra-econômicas, tais como alta produtividade, condições favoráveis de competitividade no mercado, baixo custo de produção, propriedades químicas ricas em nutrientes como as vitaminas A e E, baixo índice de colesterol, além da diversidade de usos e aplicações na industrialização de produtos alimentícios, o óleo de palma frente às demais oleaginosas tem perspectivas otimistas no mercado mundial futuro. Estima-se que irá superar o óleo de soja por volta do ano 2000, com uma participação de 20% da produção mundial de óleos e gorduras contra 19% do óleo de soja.

Atualmente no mercado das *commodities* este produto apresenta-se estável e com oferta crescente, os cinco maiores consumidores mundiais (China, Índia, Paquistão, Estados Unidos e Japão) aumentaram sua atuação no mercado em 5 vezes num período de 1973-1997, com um crescimento médio de 7%/ano.

O mercado brasileiro também apresenta boas perspectivas de consumo para óleo de palma que, atualmente, está em torno de 160 mil t/ano. Deste total, quase a metade é importada, porém a produção nacional, aos poucos, vem ocupando espaço no mercado interno, pois em 1992, 94% de abastecimento de óleo de palma provinham de importações de outros países. Há estimativas de que para o ano 2012 o consumo de óleo de palma e seus derivados no mercado brasileiro esteja em torno de 372 mil toneladas/ano. A taxa de crescimento médio do consumo brasileiro é de 6% ao ano, próxima a de crescimento mundial (7% ao ano).

Dados de viabilidade econômica

Óleo de Dendê (incluindo o plantio de 600 ha de dendê)

Produção/ano	2.439,4 toneladas
Investimento Total	US\$ 1.993.200,00
Receita Total	US\$ 1.573.736,80
Custo Variável	US\$ 824.783,19
Custo Fixo	US\$ 196.523,89
Custo Total	US\$ 1.021.307,10
Lucro Líquido	US\$ 552.429,70
Ponto de Nivelamento	26,24%
Margem de Lucro	35,10%
Rentabilidade	27,70%
Taxa Interna Retorno	28,00%
Tempo Retorno Capital	4 anos e 6 meses

Fonte: CPAA/EMBRAPA-AM

G- Turismo Ecológico

O turismo é hoje fonte integrante da vida de milhões de pessoas. Como estratégia econômica é apontado como agente complementar na criação de riquezas que estimula outras indústrias, fortalece o sistema geral de serviços, facilita a implementação da infra-

estrutura, gera emprego e promove renda. O turismo é uma atividade econômico-social complexa que precisa de um desenvolvimento planejado para atingir positivamente a economia das regiões que o exploram.

Segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo, que congrega as maiores empresas multinacionais do setor, o mercado turístico mundial empregou, em 1991, 183 milhões de pessoas; em 1994, 204 milhões, ou seja, um de cada nove trabalhadores do mundo.

No período 1985/93, apesar da recessão mundial, o número de turistas que empreendeu viagens internacionais passou de 380 para 500 milhões. A Organização Mundial de Turismo estima que esse número atingirá 661 milhões no ano 2000.

Os ganhos financeiros provenientes do turismo internacional, mesmo excetuando-se os ganhos do setor de transportes, chegou a US\$ 324 bilhões em 1993; dos quais, Europa detém 52%, as Américas, 27%, o Extremo Oriente e Pacífico, 16% e pela África, Oriente Médio e outras regiões da Ásia, os 5% restantes.

O Mercado do Caribe teve mais de 5 milhões de turistas internacionais no ano 1997 podendo ser atraídos para o produto “Amazônia”, por via terrestre (BR-174) ou aérea (aeronaves comerciais). De acordo com informações da EMBRATUR, Brasil teve, em 1997, em torno de 2 milhões de turistas.

O Estado do Amapá apresenta potencialidade para explorar atividades turísticas, principalmente o turismo ecológico ou ecoturismo, dada sua riqueza paisagística e localização geográfica, pois ocupa uma posição privilegiada em detrimento das demais unidades amazônicas, dada sua maior proximidade com os grandes mercados emissores de turistas e o fato de ser um Estado litorâneo, cuja capital situa-se a margem do Rio Amazonas, possibilitando a comunicação para o interior da região, via fluvial.

O fluxo turístico nacional que converge para o Amapá tem sido motivado basicamente pelo turismo de negócios, com mais de 60%. A parcela que tem como motivação o turismo de lazer tem se situado sempre em menos de 5%; e o turismo de convenção nunca chegou a ultrapassar os 4% do fluxo nacional, estimado pelo DETEUR – Departamento Estadual de Turismo, em 15.000 pessoas, para 1997. O fluxo turístico estrangeiro tem sido sempre muito baixo.

Em 1991, através da Lei N° 8.387, e sancionada pelo Decreto N° 517 de 08/05/92, a cidade de Macapá foi considerada como Área de Livre Comércio de Produtos Importados, tendo como objetivo promover o desenvolvimento da região e incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos. Macapá, a capital do Estado, é a cidade que reúne maiores condições para implementação da atividade turística, a curto prazo, pois ainda que os serviços oferecidos não sejam ideais, dispõe de meios de hospedagem, restaurantes, transportadoras, agências de turismo, casa de câmbio e aeroporto internacional, entre outros.

Numa avaliação preliminar detecta-se vários pontos de atração cobrindo os diferentes ecossistemas com variadas opções para exploração turística: Macapá,

Mazagão Velho, Fortaleza de São José do Macapá, reservas extrativistas, Cachoeira Santo Antônio, Balneário Porto Grande, Serra do Navio, Área Indígena Waiãpi, cachoeiras e trilhas naturais, Hotel-Fazenda de Aporema, a pororoca (encontro das águas do Rio Amazonas com o mar oceânico), pesca esportiva, Lago Piratuba, Hotel-Fazenda de Pracaúba, Base Aérea do Amapá e Praia do Goiabal, entre outros lugares turísticos.

Entre os diferentes monumentos encontrados na capital, destaca-se o Marco Zero do Equador, monumento construído para registrar a evidência geográfica da Linha do Equador, apresentando um obelisco representado por um relógio de sol. Está localizado a 02 km do centro da cidade e por estar posicionado estrategicamente entre os hemisférios norte e sul, permite que o visitante esteja simultaneamente nos dois hemisférios.

Portanto, abrem-se boas perspectivas de investimentos públicos e privados em infra-estrutura turística, incluindo otimização da melhoria de infra-estrutura hoteleira, do sistema de transporte e das comunicações; da capacitação e treinamento do pessoal envolvido na atividade de ecoturismo; bem como a criação de novas opções de lazer.

H – Castanha-do-Brasil

A castanha, conhecida por diferentes nomes: amendoeira-da-América (já abandonado), castanha-do-maranhão (já em desuso), touca dos antigos portugueses, castanha-do-pará e castanha-do-brasil (classificação do Ministério da Agricultura). Por iniciativa do Peru e Bolívia, em 1992, em encontro internacional sobre castanha, foi proposta e aprovada a designação de castanha-da-amazônia, em vista de sua ocorrência também naqueles países. Essa nova designação pode passar a vigorar dentro em breve.

A castanheira tem acentuada preferência pelas terras altas e de características argilosas e argílico-silicosas. No Estado do Amapá, a região do Jari detém o primeiro lugar em potencial de produção, com destaque para os vales dos rios Maracá, Iratapuru e Cajari. É interessante anotar que, com a queda de produção sofrida pela borracha no princípio do século, então o principal sustentáculo da economia da Amazônia, a castanha substituiu a “hévea” no seu papel sustentador da estabilidade econômica das regiões extrativas dos altos rios.

Muitas aplicações têm sido encontradas para a castanheira. Os “ouriços” podem ser usados como combustível ou na confecção de diversos objetos. Entretanto, o produto de maior valor é a amêndoa, considerada alimento rico em proteínas, lipídios e vitaminas, podendo ser consumida “in natura” ou como ingrediente de uma grande variedade de receitas. Dela se extrai um óleo de bom coeficiente de digestibilidade e que também pode ser empregado como lubrificante na moderna aviação. Do resíduo dessa extração, por processo mecânico ou empregando solventes, obtêm-se respectivamente a torta e o farelo, de amplo uso na alimentação humana, como misturas em farinhas ou rações para alimentação animal. O “leite” de castanha, similar ao de coco, e rico em proteínas, é outro subproduto de grande valor na culinária regional, com bom potencial de mercado. A madeira apresenta boas propriedades para uso na construção naval e civil. A casca da

castanheira fornece estopa de qualidade superior com emprego em calafetagem de embarcações.

No entanto, a castanheira é uma árvore protegida por lei, sendo proibido seu abate em face do reconhecido valor econômico que possui seu fruto como produto extrativo florestal e da importância sócio-ambiental de sua exploração sustentada.

Os principais tipos de negócios que podem ser desenvolvidos são:

- ✓ Plantio comercial para produção de castanha com casca e seca;
- ✓ Usina de beneficiamento descentralizado;
- ✓ Agroindústria de pequeno porte para transformação da castanha;
- ✓ Fábrica de biscoito de soja com castanha;
- ✓ Fábrica de “leite” e farinha de castanha.

A oferta de castanha na Região Amazônica é extrativista em sua totalidade. Dados do IBGE indicam que a oferta do produto, em 1992, foi de 25.303 ton.. O total da produção regional do produto está assim distribuída:

ESTADOS PRODUTORES DE CASTANHA NA REGIÃO AMAZÔNICA - 1996

Estado Produtor	Participação (%)
Acre	44,10
Pará	43,30
Amapá	6,10
Rondônia	4,10
Mato Grosso	1,50
Amazonas	0,90
Total	100,00

Fonte: GTA

A produção do Amapá, historicamente, tem sido a seguinte:

PRODUÇÃO DE CASTANHA NO ESTADO DO AMAPÁ – 1975 - 1994

Ano	Produção (ton.)
1975	1.041.000
1980	2.453.000
1981	600.000
1982	720.000
1983	900.000
1984	1.560.000
1985	2.366.000
1994	1.650.000

Fonte: Fundação IBGE

A demanda mundial de amêndoas está concentrada no “Primeiro Mundo” e vem crescendo a taxas de 4% anualmente. A demanda brasileira está em torno de 3% a 5%, apenas, da produção nacional. As três maiores empresas exportadoras controlam mais de 50% do mercado exportador. O restante é controlado por mais de vinte empresas beneficiadoras/exportadoras.

Os preços para comercialização da castanha encontram-se a seguir:

PREÇOS DA CASTANHA - 1997

Discriminação	Tipo de produto	Preço em US\$/ton.
Estado produtor	Castanha em bruto	290,00
	Castanha seca em casca	570,00
	Castanha semi-beneficiada (descascada e com umidade entre 2% e 4%)	1.500,00
Mercado externo	Castanha seca descascada, tipo exportação	3.200,00
Mercado nacional	Castanha seca descascada, tipo exportação	3.500,00

Fonte: GTA

Como visto anteriormente, a quase totalidade de castanha-do-Brasil é destinada ao mercado internacional. O mercado mundial de castanhas comestíveis alcança os US\$ 2 bilhões, dos quais o Brasil participa com menos de 2% (cerca de US\$ 50 milhões). O principal importador do produto são os Estados Unidos, com 9,5 toneladas por ano; desse total, 74% procederam do Brasil, 13% da Bolívia, 9% do Peru e apenas 4% de outros países. Também constituem importantes mercados para o produto brasileiro o Reino Unido, Alemanha e Itália.

O potencial do mercado de castanha-do-Brasil está no aumento do produto aos países importadores, ou de alta renda, e na redução de seu preço para os mercados em desenvolvimento. O aumento da oferta irá tirar a quota de mercado de outras castanhas comestíveis em países importadores, enquanto fará baixar o preço no mercado mundial, encorajando o aumento da demanda nos países de menor renda. Assim, o mercado de castanha-do-Brasil apresenta potencial de crescimento, tanto pelo lado da demanda, como pela substituição de outras castanhas, que caracteriza o mercado internacional de nozes e amêndoas. Estima-se que a participação da castanha poderia alcançar US\$ 67 milhões na pauta de exportações brasileiras.

Dados de viabilidade econômica

Castanha-do-Brasil

Produção/ano	16,5 ton. / 5 ha
Investimento Total	US\$ 15.690,10
Receita Total	US\$ 8.464,50
Custo Variável	US\$ 3.089,22
Custo Fixo	US\$ 1.520,00
Custo Total	US\$ 4.609,22
Lucro Líquido	3.855,28
Ponto de Nivelamento	28,28%
Margem de Lucro	45,50%
Rentabilidade	24,57%
Taxa Interna Retorno	24,00%
Tempo Retorno Capital	4 anos e 1 mês

Fonte: GTA

Beneficiamento descentralizado de castanha-do-Brasil (semi-industrializada)

Produção/ano	525 kg de castanha descascada e seca
Investimento Total	US\$ 1.785,00
Receita Total	US\$ 1.365,00
Custo Variável	US\$ 599,59
Custo Fixo	US\$47,25
Custo Total	US\$ 646,84
Lucro Líquido	US\$ 718,16
Ponto de Nivelamento	6,17%
Margem de Lucro	52,61%
Rentabilidade	40,23
Taxa Interna Retorno	39,00%
Tempo Retorno Capital	2 anos e 6 meses

Fonte: GTA

Beneficiamento de castanha-do-Brasil (agroindústria para exportação)

Produção/ano	196 ton. de castanha descascada e seca 216 ton. de castanha beneficiada em casca Total de 412 ton.
Investimento Total	US\$ 522.079,57
Receita Total	US\$ 1.019.120,00
Custo Variável	US\$ 745.892,64
Custo Fixo	US\$ 78.181,65
Custo Total	US\$ 824.074,29
Lucro Líquido	US\$ 144.821,44
Ponto de Nivelamento	28,61%
Margem de Lucro	14,21%
Rentabilidade	27,74%
Taxa Interna Retorno	36,00%
Tempo Retorno Capital	3 anos e 8 meses

Fonte: GTA

I - Açaí

A *Euterpe olerácea*, *mart.* ou açaí, como é mais conhecida, é uma palmeira tipicamente tropical, encontrada em estado silvestre e fazendo parte da vegetação florística das matas de terra firme, várzea e igapó, sendo seus frutos grandemente procurados para produção do tradicional “vinho de açaí”, utilizado na alimentação popular e elaboração de sucos, picolés e sorvetes.

O Pará é o principal Estado produtor, seguido do Amapá e, em ambos, as maiores extensões de açaizais estão localizadas na região estuarina do Rio Amazonas, com destaque para as ilhas e baixos cursos dos rios daquela região. A planta é espontânea e

abundantíssima na parte oriental da Amazônia, do litoral Atlântico até Óbidos, ao norte, e até os arredores de Parintins, ao sul do grande rio.

Como todo produto extrativo, é difícil quantificar o volume ofertado de açaí, geralmente referem-se ao consumo do produto, considerados como muito próximos da quantidade que chega ao mercado, até porque praticamente inexistente estoque do produto.

A oferta brasileira de fruto do açaí concentra-se na Amazônia, como pode-se apreciar no quadro a seguir:

PRODUÇÃO REGIONAL DE AÇAÍ – 1990 - 1992

Estados	1990		1991		1992	
	ton	%	ton	%	Ton	%
Pará	113.292	93,79	108.934	93,46	117.488	94,33
Rondônia	65	0,05	80	0,07	92	0,07
Acre	329	0,27	351	0,30	360	0,29
Amapá	3.080	2,55	3.240	2,78	2.812	2,26
Maranhão	4.030	3,34	3.954	3,39	3.804	3,05
Brasil	120.796	100,00	116.559	100,00	124.556	100,00

Fonte: GTA

A produção estadual de açaí, é a seguinte:

PRODUÇÃO DE AÇAÍ NO ESTADO DO AMAPÁ - 1975 – 1994

Anos	Produção açaí – fruto (kg)
1975	1.576.000
1980	636.000
1981	3.731.000
1982	4.268.080
1983	2.427.750
1984	1.853.353
1985	2.247.000
1994	2.860.000

Fonte: IBGEO

No grande estuário encontram-se concentrações médias de 200 touceiras por hectare. Uma touceira possui em torno de 20 palmeiras, das quais pelo menos 3 em produção, largando cada uma de 6 a 8 cachos anualmente (em duas safras), com 2,5 kg cada, o que representa de 15 a 20 kg de frutos por palmeira, num total aproximado de 12 toneladas de frutos / ha/ ano. A produtividade da espécie, para palmito, também é economicamente viável. Considerando-se o descarte médio de uma palmeira / touceira / ano, que num sistema de manejo seria aquela que já apresentaria baixa produtividade para frutos, um hectare pode produzir 200 kg de palmito / ano, num sistema integrado de manejo para exploração do fruto e do palmito de açaí.

O açazeiro é uma espécie de grande importância sócio-econômica para a Amazônia, devido ao seu enorme potencial de aproveitamento integral de matéria-prima. De sua polpa é extraído o “vinho”; as sementes são utilizadas para artesanato e adubo orgânico. A planta fornece ainda um ótimo palmito e suas folhas são utilizadas para cobertura de casas na Região Amazônica.

A distribuição do valor agregado anual proveniente do palmito do açaí, no Estado do Amapá, permite observar que o valor dos frutos do açaí é 8 vezes superior ao fornecido pelos palmitos. Mas a exploração do açaí pelo palmito beneficia menos as populações locais que a exploração pelo seus frutos. Entretanto a industrialização dos palmitos permite a entrada de divisas na região.

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR AGREGADO ANUAL DO PALMITO

Nível	Frutos	Palmitos	% Total
Economia local das várzeas	22,50%	14,60	21,70
Economia local urbana	46,25%	0,60	41,30
Economia extra-local	31,25%	84,80	37,00
Total	100,00%	100,00	100,00
Valor total (R\$1,00)	18.250.000	2.199.634	20.449.634

Fonte: SEPLAN/AP

Os ganhos por um ribeirão são em média de R\$ 4.800,00 / ha por exploração frutífera e de R\$ 600,00 / ha por exploração dos palmitos de açaí.

O preço médio anual de uma “rasa” de 15 kg de frutos de açaí está em torno de US\$ 14,00, enquanto que há dez anos atrás, em 1986, a mesma rasa valia em torno de 5 vezes menos do que vale hoje, demonstrando a valorização do produto nos últimos anos.

Uma das mais rentáveis possibilidades comerciais do açaí, é a produção e comercialização de seu fruto *in natura*. Através do cultivo, ou do manejo adequado de açazeais nativos, a produção de frutos para o mercado local é uma atividade de baixo custo e de excelente rentabilidade econômica.

O caráter perecível do “vinho” do açaí, não resistindo mais de 72 horas, mesmo sob refrigeração, está contornado pela pesquisa da EMBRAPA/PA, desenvolvendo uma tecnologia para a obtenção de açaí desidratado. Outro método que está sendo utilizado pelas indústrias de sorvetes da região, é submeter o suco “concentrado”, ou polpa à temperatura de - 40°C, preservando grande parte de suas propriedades.

Com a difusão destas tecnologias nas cooperativas e indústrias, a atividade extrativa poderá beneficiar-se da expansão da demanda em todo o país, intensificando as técnicas de manejo do açazeal e ampliando os lucros oriundos de sua exploração.

A demanda pelo açaí fora da região também está em alta, apresentando o produto muito boas possibilidades de mercado, de modo particular no Rio de Janeiro e em São

Paulo. No Rio de Janeiro, seu “vinho” já é servido nas praias, diretamente ao consumidos, onde a demanda por esse produto, até há pouco considerado exótico, é crescente e começa a ganhar popularidade entre os cariocas e turistas.

Em nível internacional, o produto é desconhecido. Como o consumidor de polpas de frutas está sempre à procura de novos sabores, e sendo o açaí um produto de características originais, um bom trabalho de *marketing* contribuirá muito para a conquista desse mercado.

Em contraposição, o palmito do açazeiro tem muita boa aceitação no mercado internacional. Seu consumo está crescendo, gerando divisas que equivalem às da castanha-do-Brasil, com quem divide a liderança das exportações regionais de produtos florestais não-madereiros. Vale ressaltar que a exploração desordenada da espécie está sendo substituída por sistemas de exploração sustentável. Em face disso, o cultivo do açazeiro e a introdução de manejo adequado de suas populações nativas são requisitos que tendem a ganhar importância cada vez maior na exploração desta palmeira.

As exportações amazônicas de palmito do açaí, encontram como seus principais compradores, os países abaixo relacionados.

PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES NAS EXPORTAÇÕES DE PALMITO-DE AÇAÍ – 1996

Países	Participação (%)
Argentina	38,70
França	25,10
Estados Unidos	12,20
Espanha	4,50
Itália	3,50
Outros	16,00
Total	100,00

Fonte: GTA

Dados de viabilidade econômica

Açaí - frutos

Produção/ano	60 toneladas de frutos / 5 ha
Investimento Total	US\$ 11.316,38
Receita Total	US\$ 56.000,00
Custo Variável	US\$ 17.516,00
Custo Fixo	US\$ 5.893,68
Custo Total	US\$ 23.409,68
Lucro Líquido	US\$ 24.198,31
Ponto de Nivelamento	15,31%
Margem de Lucro	43,21%
Rentabilidade	213,83%
Taxa Interna Retorno	52,50%
Tempo Retorno Capital	6 meses

Fonte: GTA

Agroindústria de açaí

Produção/ano	29 ton. De polpa congelada de açaí 5 toneladas de açaí em pó
Investimento Total	US\$ 202.260,00
Receita Total	US\$ 213.800,00
Custo Variável	US\$ 112.337,72
Custo Fixo	US\$ 37.733,28
Custo Total	US\$ 151.071
Lucro Líquido	US\$ 46.576,00
Ponto de Nivelamento	37,19%
Margem de Lucro	21,78%
Rentabilidade	23,03%
Taxa Interna Retorno	49,25%
Tempo Retorno Capital	4 anos e 6 meses

Fonte: GTA

3.1.3. Incentivos Fiscais e Financeiros para o Estado do AMAPÁ

3.1.3.1 Incentivos Federais

A - Administrados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus - administra os benefícios destinados a empreendimentos industriais que se localizem na Zona Franca e que são extensivos à Amazônia Ocidental:

- 1 - Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI:
 - ✓ para mercadoria de procedência estrangeira consumida na Amazônia Ocidental, desde que listada na Portaria Interministerial n.º 300/96;
 - ✓ para mercadoria de procedência nacional ingressada na ZFM e demais áreas da Amazônia Ocidental;
 - ✓ aos produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, em todas as localidades da Amazônia Ocidental
- 2.- Crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI:
 - ✓ calculado como se devido fosse, sempre que os produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional sejam empregados como matérias-primas, produtos intermediários ou material de embalagem na industrialização em qualquer ponto do Território Nacional, de produtos efetivamente sujeitos ao referido imposto.
- 3 - Isenção do Imposto de Importação – II:
 - ✓ a mercadoria de procedência estrangeira listada na Portaria Interministerial n.º 300/96, destinada à Amazônia Ocidental.
- 4 - Programa Especial de Exportações da Amazônia Ocidental – PEXPAM:
 - ✓ mecanismo de incentivos que permite a importação de matérias primas, insumos e componentes para industrialização de bens destinados exclusivamente à exportação. Contempla os seguintes incentivos:
 - ⇒ Isenção do II;
 - ⇒ Isenção do IPI;
 - ⇒ Isenção do IE;
 - ⇒ Isenção do ICMS;
 - ⇒ Isenção do pagamento de taxas, preços públicos e emolumentos devidos a quaisquer órgãos da administração pública;
 - ⇒ Inexigibilidade ao cumprimento de Processo Produtivo Básico – PPB;
 - ⇒ Autorização de importações extra-quota;
 - ⇒ Concessão de quota-prêmio; e
 - ⇒ Crédito prêmio para equalização de transporte.

PORTARIA INTERMINISTERIAL MF/MPO N.º 300, de 20/12/96:

- ⇒ aprova a pauta de produtos e bens a serem comercializados com os benefícios instituídos no decreto-lei n.º 356, de 15/08/68. No caso específico do Estado do Amapá contemplam-se, entre outros:
- ⇒ Peixes secos, salgados ou em salmoura, peixes defumados, mesmo cozidos antes ou durante a defumação;
- ⇒ Leite e creme de leite;
- ⇒ Produtos hortícolas, frescos ou refrigerados;
- ⇒ Frutas frescas;
- ⇒ Café;
- ⇒ Farinhas de trigo e cereais;
- ⇒ Máquinas e aparelhos para a agricultura, horticultura, e outros;
- ⇒ Máquinas e aparelhos para a indústria de moagem ou tratamento de cereais;
- ⇒ Máquinas - ferramentas para trabalhar madeira

B - Administrados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)

1.- Imposto sobre a Renda – IR:

- ✓ redução de 75% do IR até o ano 2003, concedida a empreendimentos industriais, agropecuários e de serviços básicos com projetos de implantação aprovados;
- ✓ redução de 50% do IR de 2004 a 2008, concedida a empreendimentos com projetos de ampliação e/ou modernização e/ou diversificação aprovados;
- ✓ redução de 25% do IR de 2009 a 2013, concedida a empreendimentos com projetos de ampliação e/ou modernização e/ou diversificação aprovados

2. FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia:

- ✓ financiamento para inversões fixas;
- ✓ a pessoa jurídica que utiliza a faculdade de deduzir 18% de seu imposto de renda devido, com a finalidade de investi-los na Amazônia, podendo destinar aqueles recursos, via FINAM, para projetos de investimentos a serem aprovados pela SUDAM, ou aprovar projetos próprios para efetuar esta aplicação.

C - Administrados pelo Banco da Amazônia (BASA)

FNO - Fundo Constitucional do Norte

O FNO foi criado através da Lei N.º 7827, de 27/09/89, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal. Tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, mediante a execução de programas de financiamentos direcionados ao atendimento das atividades produtivas nas áreas ecológica, social, tecnológica e econômica dos setores rural, industrial e de turismo.

O FNO compreende os programas a seguir:

✓ Programa de Apoio às Micro-Empresas de Atividades Seleccionadas – PROMICRO

Objetiva criar condições para a implantação de pequenas unidades agro-industriais na região, como mecanismo de indução à formação de cadeias produtivas necessárias à sustentabilidade da pequena produção familiar rural organizada e ao fortalecimento da economia regional.

✓ Programa de Desenvolvimento Industrial – PRODESIN

Seu objetivo é promover o desenvolvimento da indústria de transformação da Região Norte, proporcionando a implantação, ampliação e/ou modernização, racionalização e realocação de empreendimentos dos diversos segmentos do setor.

✓ Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria – PROAGRIN

O programa procura apoiar as iniciativas empresariais que visem a implantação, ampliação, modernização e realocação de unidades agro-industriais na Região. Cria condições para o processamento local de matérias-primas de origem agrícola, pecuária e florestal, gerando emprego e renda na região. Fortalece as atividades produtivas do setor rural, elevando a competitividade dos produtos agrícolas, pecuários e florestais de forma que possa atender a demanda de mercado regional e conquistar espaço nos mercados nacionais, aumentando o valor agregado regional.

✓ Programa de Desenvolvimento do Turismo Ecológico – PRODETUR

Objetiva promover o desenvolvimento do ecoturismo em localidade da Amazônia, com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, assim como, oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica.

✓ Programa de Apoio ao Turismo Convencional – PROGETUR

O programa apoia as iniciativas empresariais de investimento no turismo convencional, proporcionando a implantação, ampliação, modernização e diversificação da infra-estrutura e dos equipamentos turísticos (meios de hospedagem e de transporte) em áreas pioneiras, de expansão de fronteira econômica da região ou em cidades, preferencialmente, do interior com comprovado déficit de hospedagem.

✓ Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica – PROCATEC

Seu objetivo é apoiar o desenvolvimento do sistema regional de ciência e tecnologia, incentivando a geração e transferência de inovações tecnológicas, através de iniciativas que articulem a base técnico-científica com o sistema produtivo privado,

visando impulsionar a criação de pólos de modernização das atividades empresariais na região.

D - Administrados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

✓ Programa Amazônia Integrada – PAI

Criado pelo DEC.DIR-369/94 BNDES, de 01/12/94. O Sistema BNDES apoia neste programa empreendimentos conduzidos pela iniciativa privada que: sejam geradores de emprego e renda com vantagens competitivas inquestionáveis; possibilitem a integração da Região Norte com o restante do País e com o mercado externo; sejam consistentes com a política ambiental da Região Amazônica.

Através do FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial, o BNDES oferece uma série de linhas de crédito, das quais destacam-se:

✓ FINAME – Programa Automático

Com a finalidade de financiar firmas individuais, pessoas jurídicas de direito privado, sediadas no país, para a aquisição, diretamente de empresas fabricantes, máquinas e equipamentos novos produzidos no país.

✓ FINAME – Programa Especial

Financiamento a usuários e fabricantes para aquisição ou venda / produção, respectivamente, de máquinas e equipamentos novos, produzidos no país e que atendam a uma das seguintes condições:

- sejam produzidos sob encomenda e apresentem relevante acréscimo de tecnologia ou índice de nacionalização;
- estejam competindo com congêneres importados;
- destinam-se a projetos de elevado interesse para a economia nacional

✓ FINAME – Crédito Complementar

Complementar financiamentos concedidos pelo FINAME para aquisição de máquinas e equipamentos de empresas associadas à ABIMAQ, SIMEFRE, ABICOMP, ABCPAL, ABINEE, ABIMO, e SINAEMO, participantes do Fundo OURONMAQ do Banco do Brasil.

✓ FEPEMI- Fundo Especial de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais

Com a finalidade de apoiar o treinamento de pessoal e assistência técnica, objetivando estimular o aumento da produtividade e da produção e/ou promover a melhoria das estruturas administrativas das empresas

3.1.3.2 Incentivos Estaduais

O Estado do Amapá outorga benefícios fiscais com relação a:

- ✓ Isenção do pagamento do ICMS;
- ✓ Concessão de prazo diferenciado para pagamento dos impostos estaduais;
- ✓ Redução a título de financiamento de 80% da base de cálculo para indústrias instaladas em determinados municípios;
- ✓ Redução da base de cálculo do ICMS em até 90% incidente sobre a matéria-prima, inclusive as originárias de resíduos e refugos.

Foi criado também, o **FUNDIMA** – Fundo de Desenvolvimento Industrial e Mineral do Estado do Amapá, pela Lei N° 0144 de 1994, com o objetivo de fortalecer o segmento industrial e estimular novos investimentos., através do financiamento para investimentos fixos, capital de giro e específico para capacitação tecnológica e infra-estrutura industrial.

Existem uma série de estímulos especiais para atividades industriais, como:

- ✓ Infra-estrutura para implantação de áreas, centros e distritos industriais nos municípios cujos fatores locacionais e as tendências de crescimento se apresentem favoráveis;
- ✓ Tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas industriais;
- ✓ Prestação de apoio técnico quanto ao aperfeiçoamento gerencial e de recursos humanos;
- ✓ Disponibilidade e acesso às fontes creditícias, de incentivos, de informações tecnológicas e mercadológicas por meio de articulação inter-institucional;
- ✓ Simplificação do processo das obrigações tributárias.

3.1.3.3 Incentivos para a Área de Livre Comércio de Macapá-Santana - ALCMS

A ALCMS localizada na área dos municípios de Macapá e Santana, é delimitada e administrada pela SUFRAMA.

Os benefícios fiscais estabelecidos para a ALCMS serão adotados até 2013.

Os principais incentivos fiscais são:

A - Suspensão de IPI e II

A entrada de mercadorias estrangeiras na ALCMS, far-se-á suspensão do Impostos sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Importação – II, exceto armas e munições, automóveis de passageiros, bens finais de informática, perfumes, fumos e derivados e bebidas alcoólicas.

Para todas as mercadorias nacionais ou nacionalizadas destinadas ao consumo e à venda na área da ALCMS, exceto armas e munições, automóveis de passageiros, bens finais de informática, perfumes, fumos e derivados e bebidas alcoólicas, serão consideradas também suspensas de IPI e II.

B - Isenção de II e IPI

A suspensão dos tributos de mercadorias estrangeiras tratadas no item A, será convertida em isenção, exceto armas e munições, automóveis de passageiros, bens finais de informática, perfumes, fumos e derivados e bebidas alcoólicas, quando as mercadorias forem destinadas a:

- Consumo e venda internos;
- Beneficiamento, em seu território, de pescado, recursos minerais e matéria- prima de origem agrícola ou florestal;
- Agricultura e piscicultura;
- Instalação e operação de atividades de turismo e serviços de qualquer natureza;
- Estocagem para exportação ou reexportação para o mercado externo;
- Atividades de construção e reparos navais;
- Internação como bagagem acompanhada, observado o mesmo tratamento previsto na legislação aduaneira para a Zona Franca de Manaus.

As mercadorias nacionais, quando comprovada sua internação, terá sua suspensão convertida em isenção.

C – Incentivo do ICMS para a ALCMS

No caso de remessa de mercadorias destinadas à ALCMS, sem o destaque do ICMS, será deduzido o crédito fiscal presumido correspondente à operação interestadual.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO**



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br



[Voltar ao Menu Principal](#)